

METHA S.A

Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis individuais(controladora) e consolidadas

31 de dezembro de 2022

METHA S.A.

Demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Sumário

- ✓ **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**
- ✓ **Balancos patrimoniais**
- ✓ **Demonstrações do resultado**
- ✓ **Demonstrações do resultado abrangente**
- ✓ **Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**
- ✓ **Demonstrações dos fluxos de caixa**
- ✓ **Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
METHA S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora METHA S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da METHA S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Saldos com partes relacionadas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7.1 às demonstrações contábeis individuais consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta valores a receber junto a parte relacionada SAGUA nos montantes de R\$ 290.495 e R\$ 293.079, individual e consolidado, respectivamente, e a pagar no montante de R\$ 286.982 no consolidado, para os quais não recebemos a conciliação. Adicionalmente, a realização do saldo ativo junto a SAGUA, depende do

êxito no processo de arbitragem que a controlada instaurou contra a SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto e o Município de Guarulhos. Consequentemente, não conseguimos, por meio de exames alternativos, assegurar sobre a correta apresentação, mensuração e realização dos respectivos saldos de ativo passivo, bem como determinar seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro 2022.

Alienação da participação societária FIP OASE

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia, em 14 de maio de 2021, alienou sua participação no FIP OASE ao FIP ZEGAMA. Contudo, tendo em vista decisão proferida pelo Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, foi proferida decisão liminar suspendendo a alienação das cotas, motivo pelo qual o investimento foi classificado como ativo não circulante disponível para venda em 31 de dezembro de 2021 e 2022. A Companhia não possui registrado qualquer compromisso relacionado a essa investida. Caso o processo de transferência da participação não tivesse sido aprovado, determinadas obrigações deveriam ter sido registradas nas demonstrações contábeis da Companhia. Conforme evento subsequente demonstrado na Nota Explicativa 29, em 4 de abril de 2023, após superadas as questões impostas pela FUNCEF frente ao Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, a transferência das ações ao FIP ZEGAMA foi concretizada. Dessa forma, conseguimos, por meio de exames de evento subsequente, assegurar sobre a correta apresentação e mensuração dos respectivos saldos de ativo e passivo, bem como determinar seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ausência de exame de auditoria sobre as demonstrações contábeis de investidas indiretas

Não examinamos e não foram examinadas por outro auditor independente, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das investidas indiretas Comandatuba Drilling B.V. e Itapema Drilling B.V., localizadas na Holanda. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos registrados nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relativos a estas investidas indiretas.

Ausência de recebimento de circularizações de instituições financeiras e agentes fiduciários

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 13 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui passivos financeiros decorrentes de captações junto a instituições financeiras e emissão de títulos de dívida (debentures/ Sênior Notes). Não obtivemos a totalidade das respostas as cartas de confirmações externas (circularizações) enviadas as instituições financeiras e agentes fiduciários. Em que pese termos realizado testes alternativos de auditoria e examinado os saldos registrados, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras e agentes fiduciários, tais como captações, garantias, debentures, sênior e perpetual notes, avais ou outras operações, materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Acordo global - Órgãos públicos (processos de investigações em andamento)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Grupo METHA, por meio da METHA S.A., assinou acordos com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1.929.258 (um bilhão, novecentos e vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil reais) e R\$ 310.174 (trezentos e dez milhões, cento e setenta e quatro mil reais), como penalidades decorrentes do resultado de parte destas investigações. Não conseguimos concluir a revisão da mensuração do valor presente do passivo, decorrente do acordo global com órgãos públicos, por esse motivo não foi possível determinar eventuais efeitos no passivo, resultado e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia registrou provisão para fazer frente a esses assuntos, apenas para os acordos já firmados. Considerando o teor das investigações e alegações iniciadas contra a Companhia e suas controladas, bem como o fato de ainda existirem investigação em andamento, outros fatos poderão surgir e poderão afetar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2022.

Ausência de avaliação do passivo atuarial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia não apresentou a memória de cálculo com a atualização dos passivos atuariais, relacionados ao plano de benefícios a empregados na data-base de 31 de dezembro de 2022, registrados no montante de R\$ 1.045. Consequentemente, não foi possível opinar sobre a valorização do passivo atuarial, bem como determinar eventuais efeitos no resultado e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.1 e 1.3 às demonstrações contábeis individual e consolidadas, em decisão proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA. Esse fato compreende um importante marco dentro de um conjunto de ações implementadas pelo Grupo Econômico, no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. Todavia, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, dependerão do sucesso na implementação do plano de retomada, contratação de novos negócios e eventual geração futura de caixa para liquidação de seus passivos e manutenção das operações, que representam eventos futuros que nesse momento não há como prever. A Companhia apresenta saldos de capital circulante líquido negativo na controladora e no consolidado nos montantes de R\$ 197.974 (R\$ 195.194 (reapresentado) em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 397.130 (R\$ 125.464 (reapresentado) em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, e passivo a descoberto no montante de R\$ 2.761.497 (R\$ 1.973.607 (reapresentado) em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, algumas de suas investidas apresentam capital circulante líquido negativo, passivo a descoberto e prejuízo do exercício, assim como, necessidade de aporte de capital. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Ênfases

Contratos de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") das investidas indiretas Arena Fonte Nova e Arena das Dunas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 27 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira da controlada indireta Arenas das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Arena das Dunas"). Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal, determinou que depositasse em juízo os pagamentos que seriam realizados para a Arena das Dunas.

Em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecerem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN"), por entender que o percentual anterior era incontroverso, fundamentando-se no relatório apontado pelo TCE-RN.

Adicionalmente, a Nota Explicativa nº 27, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, também menciona o envolvimento da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Fonte Nova"), investimento controlado em conjunto, como polo passivo no processo movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Fonte Nova e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente, ou impedir a continuidade do Contrato de PPP. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou impairment de ativos que reflitam eventuais impactos.

Transferência de controle de investidas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 06 de julho de 2015, a investida indireta Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy") celebrou contrato de compra e venda com a Sete International One GmbH, alienando a totalidade das ações de emissão das Sociedades Cassino Driling B.V., Curumim Driling B.V. e Salinas Driling B.V. Até 31 de dezembro de 2022, a Sete International One GmbH não havia liquidado suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda, e a administração da investida indireta Seaworthy realizou uma provisão para perda de todo o saldo a receber em aberto. Adicionalmente, em 30 de outubro de 2015, a Sete International Two GmbH se comprometeu a adquirir a totalidade das ações das Sociedades Comandatuba Driling B.W. e Itapema Driling B.V. detidas pela investida indireta Seaworthy, desde que obtidas determinadas anuências de terceiros. Em 31 de dezembro de 2022, a transferência de propriedade das Sociedades Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V. para a Sete International Two GmbH, não havia sido concluída e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas devem ser lidas nesse contexto.

Reapresentação das demonstrações contábeis anteriormente emitidas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que apresenta valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, ajustados e retificados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram examinadas por outros auditores, portanto, não temos base histórica sobre os saldos do referido exercício.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 24 de abril de 2023.

SENSO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP 005977/O-9
CVM N° 7307



GUILHERME ROCHA CASTRO SOARES
CRC N° 1SP 290.834/O-4

METHA S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	49.368	44.611
Contas a receber	5	56	56	238.008	153.105
Estoques	6	-	-	11.858	11.900
Dividendos a receber		181	-	-	-
Impostos a recuperar	8	17.547	17.546	21.973	21.419
Despesas antecipadas		296	-	7.505	4.536
Adiantamento a terceiros		-	8.828	8.487	18.655
Outros ativos		9	3.361	2.397	4.501
Total do ativo circulante		18.089	29.791	339.596	258.727
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	13.1	-	-	10.967	12.672
Contas a receber	5	-	479	86.466	184.492
Partes relacionadas	7.1	423.449	485.035	280.808	304.823
Impostos a recuperar	8	-	-	1.950	1.950
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	20.237	5.515
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios		34	3.130	2.245	4.099
Despesas antecipadas		-	-	2.867	825
Outros ativos		2.872	1.199	3.001	11.413
Investimentos	10	372.520	629.980	220.845	221.492
Imobilizado	11	1.816	2.378	29.515	28.856
Intangível	12	-	-	119.183	103.078
Total do ativo não circulante		800.691	1.122.201	778.084	879.215
Total do ativo		818.780	1.151.992	1.117.680	1.137.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	14	92.267	52.350	128.365	102.126
Empréstimos e financiamentos	13.2	72.779	88.289	148.494	189.733
Debêntures	13.3	-	-	325.075	200.209
<i>Senior e Perpetual Notes</i>	13.4	-	-	1.170	9.401
Salários, provisões e contribuições sociais		5.937	3.413	27.810	14.854
Tributos e contribuições a recolher		19.177	57.132	51.863	77.924
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	74	1.256
Parcelamento de tributos federais		-	-	4	5
Adiantamentos de terceiros		333	333	16.245	779
Retenções contratuais		14	293	4.171	994
Conta corrente de consórcios		2	2	2	2
Acordo global órgãos públicos	18	24.745	18.764	24.745	18.764
Outros passivos		809	807	8.708	6.869
Total do passivo circulante		216.063	221.383	736.726	622.916
Passivo não circulante					
Fornecedores	14	-	25.670	-	25.670
Empréstimos e financiamentos	13.2	149.297	149.297	202.099	264.292
Debêntures	13.3	707.736	636.835	686.733	609.667
<i>Senior e Perpetual Notes</i>	13.4	-	-	148.776	121.668
Tributos e contribuições a recolher		-	-	36.105	44.567
Parcelamento de tributos federais		13.030	-	21.955	4
Partes relacionadas	7.1	657.902	756.689	327.007	386.208
Adiantamentos de terceiros		3.735	3.735	9.054	14.135
Provisões para contingências	20	156.302	101.858	240.990	173.918
Provisão para perdas em investimentos	10	582.497	538.763	294.666	110.678
Receita diferida	16	25	25	1.585	11.195
Acordo global órgãos públicos	18	1.050.376	659.212	1.050.376	659.212
Provisão de custos de projetos		-	1.930	-	1.930
Outros passivos		43.314	30.202	110.644	50.047
Total do passivo não circulante		3.364.214	2.904.216	3.129.990	2.473.191
Passivo a descoberto					
Capital social	19	547.694	547.694	547.694	547.694
Reservas de reavaliação		2.946	2.946	2.946	2.946
Outros resultados abrangentes		(131.699)	(218.851)	(131.699)	(218.851)
Prejuízos acumulados		(3.180.438)	(2.305.396)	(3.180.438)	(2.305.396)
Total do passivo a descoberto dos controladores		(2.761.497)	(1.973.607)	(2.761.497)	(1.973.607)
Participação dos não controladores		-	-	12.461	15.442
Total do passivo a descoberto		(2.761.497)	(1.973.607)	(2.749.036)	(1.958.165)
Total do passivo e passivo a descoberto		818.780	1.151.992	1.117.680	1.137.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Demonstrações dos resultados Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
			Reapresentado		Reapresentado
Receita líquida	22	-	885	367.133	252.653
Custos na venda de imóveis e dos serviços prestados	23	-	(72)	(315.486)	(171.283)
Lucro bruto		-	813	51.647	81.370
Despesas gerais e administrativas	23	(25.918)	(35.420)	(84.195)	(73.647)
Outras receitas (despesas), líquidas	23 e 24	(198.789)	(450.581)	(297.879)	(389.345)
Efeito líquido da reestruturação societária (M&A)	10	-	1.428.118	-	1.943.231
Receitas (despesas) operacionais		(224.707)	942.117	(382.074)	1.480.239
Prejuízo antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		(224.707)	942.930	(330.427)	1.561.609
Resultado de equivalência patrimonial	10	(289.005)	592.679	(647)	59.437
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		(513.712)	1.535.609	(331.074)	1.621.046
Receitas financeiras		37.220	128.079	48.511	207.548
Despesas financeiras		(398.550)	(380.593)	(598.830)	(538.748)
Resultado financeiro	25	(361.330)	(252.514)	(550.319)	(331.200)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		(875.042)	1.283.095	(881.393)	1.289.846
Imposto de renda e contribuição social	17				
Correntes		-	-	(10.409)	(14.849)
Diferidos		-	842.109	9.545	846.011
Lucro (Prejuízo) do exercício		(875.042)	2.125.204	(882.257)	2.121.008
Lucro (Prejuízo) do exercício atribuível aos:					
Controladores				(875.042)	2.125.204
Não controladores				(7.215)	(4.196)
Total				(882.257)	2.121.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) do exercício	(875.042)	2.125.204	(882.257)	2.121.008
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Ganhos (perdas) cambiais de conversão de operações financeiras no exterior	26.076	(339.104)	26.076	(339.104)
Ajustes de avaliação patrimonial nas investidas	61.076	53.022	61.076	53.022
Realização de ajustes cambiais das demonstrações financeiras no exterior (Nota 10)	-	2.690.427	-	2.690.427
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(787.890)</u>	<u>4.529.549</u>	<u>(795.105)</u>	<u>4.525.353</u>
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Controladores			(787.890)	4.529.549
Não controladores			<u>(7.215)</u>	<u>(4.196)</u>
			<u>(795.105)</u>	<u>4.525.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora e Consolidado)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Reservas de reavaliação</u>					Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
	Capital Social	Ativos próprios	Ativos de controladas	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	546.711	2.947	8.400	(2.623.196)	(4.430.600)	(6.495.738)	(369.173)	(6.864.911)
Aumento de capital	983	-	-	-	-	983	-	983
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	2.125.204	2.125.204	(4.196)	2.121.008
Outros resultados abrangentes	-	-	-	2.404.345	-	2.404.345	-	2.404.345
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	2.404.345	2.125.204	4.529.549	(4.196)	4.525.353
Outras mutações patrimoniais:								
Realização de reservas de reavaliação e do custo atribuído, líquidos de impostos	-	(1)	(8.400)	-	-	(8.401)	-	(8.401)
Participações de não controladores no patrimônio líquido de controladas	-	-	-	-	-	-	388.811	388.811
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	<u>547.694</u>	<u>2.946</u>	<u>-</u>	<u>(218.851)</u>	<u>(2.305.396)</u>	<u>(1.973.607)</u>	<u>15.442</u>	<u>(1.958.165)</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	(875.042)	(875.042)	(7.215)	(882.257)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	87.152	-	87.152	-	87.152
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	87.152	(875.042)	(787.890)	(7.215)	(795.105)
Outras mutações patrimoniais:								
Participações de não controladores no patrimônio líquido de controladas	-	-	-	-	-	-	4.234	4.234
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>547.694</u>	<u>2.946</u>	<u>-</u>	<u>(131.699)</u>	<u>(3.180.438)</u>	<u>(2.761.497)</u>	<u>12.461</u>	<u>(2.749.036)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
			Reapresentado		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		(875.042)	1.283.095	(881.393)	1.289.846
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício antes dos impostos :					
Resultado de equivalência patrimonial				647	(59.437)
Depreciações e amortizações	10	289.005	(592.679)	2.556	4.625
Efeito líquido da reestruturação societária (M&A)	23	159	1.239	-	(1.943.231)
Acordo global órgãos públicos (Nota 18)	10	-	(1.428.118)	-	-
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	24	99.626	195.561	99.626	195.561
Resultado na venda de imobilizado	24	272.371	142.415	454.536	319.951
Realização de receita de permuta		3.722	3.854	3.722	(1.512)
Provisão (reversão) da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(30)
Atualização de ativo financeiro	5 e 24	2.843	105.640	2.996	105.640
Provisão para contingências		-	-	(31.767)	(87.467)
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")		54.444	69.938	67.072	86.825
Provisão de custo de projeto	24	3.151	87.368	3.151	123.417
Provisão para perda de ativos		(1.930)	-	(2.108)	178
Ajuste a valor justo	24	-	-	-	202
Outros	25	107.008	94.868	107.008	98.449
		16.189	28.995	119.721	(36.705)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(2.364)	2.228	41.830	41.078
Estoques		-	358	134	(14.510)
Impostos a recuperar		(1)	(1.657)	(284)	(2.799)
Despesas antecipadas		(296)	18	(5.029)	(4.411)
Outros ativos		7.132	(111.543)	5.906	(131.500)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		13.953	(6.929)	23.463	55.359
Salários, provisões e contribuições sociais		2.524	2.129	12.740	12.737
Tributos e contribuições a recolher		(24.925)	10.724	(8.404)	(21.977)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(398)	8
Adiantamentos de terceiros		-	326	17.939	79.744
Receita diferida		-	(69)	(9.610)	9.922
Pagamento de tributos federais		-	(1.676)	(1.623)	(2.061)
Outros passivos		178	(24.147)	47.146	(24.420)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(32.253)	(138.062)	69.577	93.482
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aplicações financeiras, líquidas		-	-	5.810	1.879
Aquisição de investimento	10	(20.001)	-	-	(18.968)
Redução de capital de investida		-	-	-	-
Aquisição de imobilizado		-	(4.272)	(23.987)	(31.393)
Aquisição de intangível		-	-	(16.131)	(129)
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos		-	-	-	5.000
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(20.001)	(4.272)	(34.308)	(43.611)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados de terceiros		-	200	21.124	36.430
Empréstimos tomados de partes relacionadas		294.965	982.428	16.614	1.082.953
Captação de debêntures, líquida de custos		-	40.000	90.688	79.921
Empréstimos pagos a terceiros		(5.019)	-	(130.686)	(42.117)
Empréstimos pagos a partes relacionadas		(227.200)	(881.277)	-	(1.139.587)
Juros pagos		(10.492)	-	(25.250)	(23.261)
Debêntures pagas		-	-	(3.000)	(20.913)
Integralização de capital		-	983	-	4.483
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		52.254	142.334	(30.510)	(22.091)
Efeito líquido de incorporação e variação de participação		-	-	-	(46.987)
Efeito de variação cambial no caixa		-	-	(2)	(127)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		-	-	4.757	(19.334)
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	4	-	-	44.611	63.945
No final do exercício	4	-	-	49.368	44.611
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		-	-	4.757	(19.334)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo

A METHA S.A. (atual denominação da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) (“METHA” ou “Companhia”), é uma Companhia domiciliada no Brasil, cuja sede está localizada na Rua Pais Leme, 524, bairro Pinheiros, conjunto 123 parte 1, São Paulo/SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo METHA” ou “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”), conforme descritas na Nota 1.3.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por objetivo, a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários, bem como a realização de investimentos e/ou participações em projetos de infraestrutura, inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta por meio de controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Em 11 de janeiro de 2021, conforme descrito na Nota 20, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para METHA S.A.

1.1. Recuperação judicial

Em 31 de março de 2015, a Companhia, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito, e (iii) antecipação de vencimentos da maior parte de seu endividamento; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, em conjunto com suas controladas, Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) (“Construtora COESA”), OAS Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Imóveis S.A. - Em Recuperação Judicial, MEGHA Infraestrutura S.A. (atual denominação da OAS Infraestrutura S.A. - Em Recuperação Judicial, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited, OAS Finance Ltd. e CERTHA Investimentos S.A (atual denominação da OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial) (“CERTHA Investimentos”) (em conjunto doravante denominadas “Companhias em recuperação”), nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“Lei de Recuperação Judicial” ou “LFR”).

A Companhia e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo (“1ª Vara de Recuperação”) deferiu o processamento da recuperação judicial da Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA, decisão essa transitada em julgado em 20 de setembro de 2021.

1.2. Reestruturação societária do Grupo METHA (“M&A”)

Em 31 de março de 2021, com o objetivo de readequar a estrutura societária e organizacional e implementar uma reorganização societária no Grupo METHA, a Companhia alienou as ações da Construtora COESA para a sua então subsidiária integral COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) (“COESA Engenharia”).

Em 20 de abril de 2021, a Companhia realizou aumento de capital na sua então controlada direta COESA Engenharia, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, composto pelos seguintes bens e direitos:

- i) Investimento nas controladas COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.) (“COESA Construção”), EPP Energia Elétrica, Promoção e Participações Ltda., COESA Internacional S.A. (atual denominação da OAS Internacional S.A.), Solace Empreendimentos Imobiliários S.A., Empresa Peruana de Águas S.A., Construtora OAS Angola Ltda., OAS Investments Limited (BVI) e OAS Restructuring Limited (Cayman).
- ii) Créditos e débitos de conta corrente *intercompany*.

Em 14 de maio de 2021, a Companhia alienou sua participação na COESA Engenharia ao ZEGAMA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP ZEGAMA”).

Em 14 de maio de 2021, a Companhia alienou sua participação no Fundo de Investimentos em Participações OAS Empreendimentos (“FIP OASE”) ao FIP ZEGAMA. Contudo, tendo em vista decisão proferida pelo Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, atendendo pedido realizado pela Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”), em razão de discordâncias relativas à possibilidade de exercício do direito de preferência, foi proferida decisão liminar suspendendo a alienação das cotas, motivo pelo qual o investimento foi classificado como ativo não circulante disponível para venda, conforme descrito na Nota 09.

Conforme Nota 29, em 4 de abril de 2023, após superadas as questões impostas pela FUNCEF frente ao Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, a transferência das ações ao FIP ZEGAMA foi concretizada.

A implementação da compra e venda de ações da COESA Engenharia e do FIP OASE ao FIP ZEGAMA, não gerou entrada de nenhum recurso financeiro no caixa, assim como a Companhia não detém nenhum direito futuro em relação aos ativos vendidos. Como consequência, o passivo consolidado do Grupo METHA foi reduzido, significativamente, cabendo ao comprador a gestão dos riscos e passivos assumidos.

A reestruturação que iniciou com o encerramento da Recuperação Judicial OAS, visa focar suas atividades em novos planos de negócios, principalmente em projetos na área de saneamento, energia sustentável e construção civil pesada para clientes privados.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Situação financeira atual

Capital circulante negativo e passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante negativo na controladora e no consolidado, nos montantes de R\$ 197.974 (R\$ 195.194 (reapresentado) em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 397.130 (R\$ 125.464 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente e passivo a descoberto no montante de R\$ 2.761.497 (R\$ 1.973.607 (reapresentado) em 31 de dezembro de 2021).

1.4. Continuidade operacional

Apesar da melhora significativa da condição financeira em relação ao exercício anterior e, portanto, antes do M&A, a situação financeira da Companhia ainda é desfavorável. A Administração avalia que a melhora da economia em geral aliada aos planos de negócios da Companhia e de seus ativos, tendem a gerar benefícios econômicos futuros.

A Companhia continuará envidando esforços e foco para o crescimento dos negócios de Engenharia, operações de Arenas, Saneamento e Tecnologia, através das suas unidades de negócios constituídas.

Coronavírus (COVID-19)

A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como as operações da Companhia.

A administração da Companhia, tomou as seguintes atitudes quanto aos impactos advindos da pandemia COVID-19: orientações aos colaboradores sobre ações de prevenção e exposição aos riscos, adoção de regime de trabalho remoto em atividades administrativas, suspensão de viagens corporativas e de reuniões presenciais, intensificação dos protocolos de limpeza dos escritórios e canteiros de obras, utilização de EPI's, além de atender rigorosamente a todas as medidas de acordo com as Autoridades Governamentais e Ministério da Saúde.

1.5. Entidades do Grupo

a) Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Participação no capital social			
	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Construção:				
KPE Performance em Engenharia S.A. ("KPE")	73,44%	-	73,44%	-
DESBRAVA Equipamentos LTDA.	-	100,00%	-	100,00%
Defesa e Tecnologia:				
Invicta Defesa S.A. (atual denominação da OAS Defesa S.A.) ("Invicta Defesa")	100,00%	-	100,00%	-
Incorporação imobiliária:				
Fundo de Investimento em Participações OAS Empreendimentos ("FIP OASE")*	-	78,95%	-	78,95%
OAS Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("OAS Empreendimentos" ou "OASE")*	-	78,95%	-	78,95%
Infraestrutura:				
Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Arena das Dunas")	-	100,00%	-	100,00%
Arena Porto - Alegrense S.A. ("Arena Porto Alegrense") *	-	100,00%	-	100,00%
Smart Arenas Gestão de Instalações Esportivas Ltda ("Smart Arenas")	100,00%	-	-	-
E2 Arenas S.A. (atual denominação da OAS Arenas S.A.) ("E2 Arenas")	-	100,00%	-	100,00%
LESS Click Systems LTDA.	100,00%	-	-	100,00%
Arenas Gestão de Instalações Esportivas LTDA.	100,00%	-	100,00%	-
MEGHA Infraestrutura S.A. (atual denominação da OAS Infraestrutura S.A. - Em Recuperação Judicial ("MEGHA Infraestrutura")	-	100,00%	-	100,00%
BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A.(atual denominação da OAS Soluções Ambientais S.A. ("BEYOND")	-	100,00%	-	100,00%
Soluções Ambientais de Guarulhos S.A. ("Sagua")*	-	100,00%	-	100,00%
Outras investidas:				
CERTHA Investimentos S.A. (atual denominação da OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("CERTHA Investimentos")	100,00%	-	100,00%	-
FLAMMA PET e Gás S.A. (atual denominação da OAS Petróleo e Gás S.A.)	100,00%	-	100,00%	-
OAS Investments GmbH ("OAS Investments GmbH")	100,00%	-	100,00%	-
OAS Restructuring (BVI) Ltd	100,00%	-	100,00%	-

b) Empresas controladas em conjunto e coligadas

As participações nas investidas listadas abaixo, foram contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Participação no capital social			
	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Infraestrutura:				
Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas")	-	12,20%	-	12,20%
Concessionária Porto Novo S.A. ("Porto Novo")	-	37,50%	-	37,50%
Comandatuba Drilling B.V. *	-	13,57%	-	13,57%
EEP Overseas Ltd.	-	17,50%	-	17,50%
Enseada Indústria Naval Participações S.A. ("Enseada Participações")	-	3,55%	-	5,25%
Enseada Indústria Naval S.A.	-	2,49%	-	3,68%
Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Fonte Nova")	-	50,00%	-	50,00%
Itapema Drilling B.V. *	-	13,57%	-	13,57%
OAS Óleo e Gás S.A. ("Óleo e Gás") *	-	61,00%	-	61,00%
Oil & Gas GmbH ("Oil & Gas")	-	61,00%	-	61,00%
Seaworthy Investments GmbH ("Seaworthy")	-	54,29%	-	54,29%
Incorporação imobiliária:				
Solace Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Solace")	-	-	37,50%	-
Karagounis Participações S.A. ("Karagounis")	-	20,00%	-	20,00%

*Empresas classificadas como "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 9).

As demonstrações contábeis consolidadas que compreendem a Companhia e suas controladas, foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as sociedades objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as sociedades consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas; e (iv) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as sociedades consolidadas.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1.6. Outras informações sobre o Grupo

As reestruturações societárias mencionadas, estão em linha com os interesses comuns do Grupo METHA, e objetivam a redução e simplificação de estruturas societárias e patrimoniais de companhias pertencentes ao mesmo grupo econômico, visando facilitar a captação de recursos junto ao mercado, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas, por meio da racionalização e sinergia de recursos operacionais e administrativos.

Pretende ainda contribuir para o desenvolvimento da atividade empresarial, tornando o Grupo METHA mais competitivo nas participações de licitações e contratos em geral.

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pelos administradores em 24 de abril de 2023.

As demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e compreendem:

- As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os saldos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). A conversão dessas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Na eventual venda de uma controlada no exterior o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido dessa controlada é reconhecido na demonstração do resultado.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos monetários das companhias situadas no Brasil, denominados em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de “receitas financeiras” e “despesas financeiras” e seus itens não monetários, mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações.

2.3. Políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo:

1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto.
2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto.
3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

1. A instituição não tiver expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele.
2. A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

1. A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda”) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) **Contratos de Concessão**

A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A concessionária reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia e suas controladas sejam pagas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Nas controladas que atuam com incorporação imobiliária, os estoques incluem os imóveis em construção pelo custo incorrido durante a fase de construção dos empreendimentos, unidades concluídas e terrenos. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos exercícios não excedem os respectivos valores líquidos de realização.

A aquisição de terrenos pode ocorrer através de operações, nas quais, em troca dos terrenos adquiridos, compromete-se a:

- i) entregar unidades imobiliárias de empreendimentos em construção; ou
- ii) entregar o percentual da parcela de contas a receber provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos.

Na existência de permutas de unidades imobiliárias que não tenham a mesma natureza e valor, esta é considerada uma transação com substância comercial e, portanto, gera ganho ou perda. As permutas são contabilizadas pelo valor justo, como um componente de estoque de terrenos a comercializar, em contrapartida a obrigações por compra de imóveis no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação.

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos e, que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definido compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

g) Investimentos e base de consolidação

g.1) Investimentos em empresas controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas, é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

g.2) Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda, é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver.

Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos CPC’s aplicáveis).

g.3) Investimentos em coligadas e *joint ventures*

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (“*joint venture*”). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com o CPC 31. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* ultrapassa a participação da Companhia nessa coligada ou *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou *joint venture*), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou *joint venture*.

g.4) Consórcios

A controlada KPE Engenharia também participa de consórcios em diversos empreendimentos, e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação.

h) Custo de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Estes custos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

i) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação.

O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

j) Tributação

j.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada, individualmente, por cada entidade do Grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

j.2) Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

k) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

As provisões para garantia, são os custos esperados com a manutenção de imóveis que são reconhecidas ao resultado no mesmo critério de apropriação da receita de incorporação imobiliária, a partir da data da venda das respectivas unidades imobiliárias, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação.

l) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

m) **Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios**

São registrados pelo custo de aquisição, que considera o deságio no valor de face esperado de realização dos direitos creditórios.

n) **Provisões**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) **Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes**

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

p) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

r) Reconhecimento da receita

A Companhia adota o CPC 47. A norma estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação para determinados tipos de operações decorrente dos contratos com clientes. O CPC 47 apresenta uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada.

De acordo com a norma, a receita deve ser mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo que apresenta cinco etapas:

- 1) identificação do contrato;
- 2) identificação das obrigações de desempenho;
- 3) determinação do preço da transação;
- 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- 5) reconhecimento da receita.

r.1) Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato.

Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados.

O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

r.2) Vendas oriundas da atividade de incorporação imobiliária

As receitas e os custos das vendas de imóveis obedecem aos procedimentos e normas estabelecidas pelas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, 12 de dezembro de 2018, que estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação para determinados tipos de operações decorrente dos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída.

As receitas e os custos das vendas de imóveis obedecem aos procedimentos e normas estabelecidas pela OCPC 04 e são registrados da seguinte forma:

- Vendas de imóveis concluídos - as receitas de vendas e os custos incorridos são apropriados no resultado no momento da assinatura do título translativo (instrumento público ou particular de compra e venda), independentemente do recebimento do valor contratado.
- Vendas de imóveis em construção - as receitas de vendas são apropriadas no resultado, como segue:
 - (i) as receitas de vendas são apropriadas ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;
 - (ii) as receitas de vendas apuradas conforme o item (i), incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos; e
 - (iii) os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de vendas de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do número de unidades vendidas em relação ao total de unidades dos respectivos empreendimentos.

r.3) Receitas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos e privados objetos das concessões pelos usuários.

r.4) Receitas oriundas de contratos de serviços de concessão público-privada

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receitas sobre contratos de construção. As receitas de operação ou serviços são reconhecidas no exercício em que esses serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

s) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A Administração utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

t) Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores

A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente.

u) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

v) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda ainda retenha participação na empresa.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou *joint venture*, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda quando atendidos os critérios descritos anteriormente, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou *joint venture* que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa da Companhia sobre a coligada ou *joint venture*.

Após a alienação, o Grupo contabiliza qualquer participação detida na coligada ou *joint venture* de acordo com o CPC 48, a menos que a participação detida continue sendo uma coligada ou *joint venture*, caso em que a Companhia usa o método de equivalência patrimonial.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.4. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no exercício corrente

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS

O CPC 00 – Estrutura conceitual teve sua 3ª revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. A revisão da Estrutura Conceitual (“Conceptual Framework”) traz as seguintes novidades: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Outras normas alteradas e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 - IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8).

- **Alteração na norma IAS 16 Imobilizado**

Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022.

- **Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020**

Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022.

- **Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: custo de cumprimento de um contrato**

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022.

- **Alteração na norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual**

Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A KPE pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alteração na norma IFRS 17 – Contratos de seguro**

Esclarece aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

- **Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante**

Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

- **Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras**

Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

- **Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**

Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis**

Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação**

Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor, que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

A Companhia não estima efeito relevante quando da adoção inicial das referidas normas.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com os CPCs, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos

O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b.2) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b.4) Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado.

O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Quando os fluxos de caixa futuros são inferiores ao esperado, pode ocorrer uma perda material por redução ao valor recuperável.

3. Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

Durante o exercício de 2022, a Companhia identificou ajustes relacionados as controladas Arenas das Dunas, E2 Arenas, OAS Restructuring e CERTHA Investimentos, que não foram refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os impactos foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anterior.

Os quadros a seguir resumem os impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia originalmente apresentados no exercício findo em 2021:

a) Balanço patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
	2021		2021	2021		2021
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	44.611	-	44.611
Contas a receber de clientes	56	-	56	216.020	(62.915)	153.105
Estoques	-	-	-	11.900	-	11.900
Impostos a recuperar	17.546	-	17.546	21.419	-	21.419
Despesas antecipadas	-	-	-	4.536	-	4.536
Outros ativos	3.361	-	3.361	4.501	-	4.501
Demais ativos	8.884	-	8.884	18.655	-	18.655
Total do ativo circulante	29.791	-	29.791	321.642	(62.915)	258.727
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-	-
	29.791	-	29.791	321.642	(62.915)	258.727
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	3.130	-	3.130	4.099	-	4.099
Contas a receber de clientes	479	-	479	159.221	25.271	184.492
Partes relacionadas	485.035	-	485.035	300.129	4.694	304.823
Outros ativos	1.199	-	1.199	11.413	-	11.413
Investimentos	646.921	(16.941)	629.980	226.186	(4.694)	221.492
Imobilizado	2.378	-	2.378	28.856	-	28.856
Intangível	-	-	-	103.078	-	103.078
Demais ativos	3.609	-	3.609	179.358	-	204.629
Total do ativo não circulante	1.139.142	(16.941)	1.122.201	853.944	25.271	879.215
Total do ativo	1.168.933	(16.941)	1.151.992	1.175.586	(37.644)	1.137.942

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
	2021		2021	2021		2021
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	55.952	(3.602)	52.350	104.703	(2.577)	102.126
Empréstimos e financiamentos	88.289	-	88.289	184.935	4.798	189.733
Debêntures	-	-	-	17.642	182.567	200.209
Senior e Perpetual Notes	-	-	-	9.401	-	9.401
Salários, provisões e contribuições sociais	3.413	-	3.413	14.854	-	14.854
Tributos e contribuições a recolher	57.132	-	57.132	86.902	(8.978)	77.924
Retenções contratuais	293	-	293	994	-	994
Demais passivos	77.038	-	77.038	27.675	-	27.675
Total do passivo circulante	224.985	(3.602)	221.383	447.106	175.810	622.916
Passivo não circulante						
Fornecedores	25.670	-	25.670	25.670	-	25.670
Senior e Perpetual Notes	149.297	-	149.297	270.087	(5.795)	264.292
Debêntures	636.835	-	636.835	794.644	(184.977)	609.667
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	52.905	(8.338)	44.567
Partes relacionadas	756.689	-	756.689	387.215	(1.007)	386.208
Provisão para perdas em investimentos	538.763	-	538.763	110.678	-	110.678
Outros passivos	1.583.094	-	1.583.094	1.032.107	2	1.032.109
Total do passivo não circulante	2.904.216	-	2.904.216	2.673.306	(200.115)	2.473.191
Passivo a descoberto						
Capital social	547.694	-	547.694	547.694	-	547.694
Reservas de reavaliação	2.946	-	2.946	2.946	-	2.946
Outros resultados abrangentes	(218.851)	-	(218.851)	(218.851)	-	(218.851)
Outras reservas	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(2.292.057)	(13.339)	(2.305.396)	(2.292.057)	(13.339)	(2.305.396)
Total do passivo a descoberto dos controladores	(1.960.268)	(13.339)	(1.973.607)	(1.960.268)	(13.339)	(1.973.607)
Participação dos não controladores	-	-	-	15.442	-	15.442
Total do passivo a descoberto	(1.960.268)	(13.339)	(1.973.607)	(1.944.826)	(13.339)	(1.958.165)
Total do passivo e passivo a descoberto	1.168.933	(16.941)	1.151.992	1.175.586	(37.644)	1.137.942

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demonstrações do resultado do exercício

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
	2021		2021	2021		2021
Resultado bruto	813	-	813	116.210	(34.840)	81.370
Despesas gerais e administrativas	(39.022)	3.602	(35.420)	(78.195)	4.548	(73.647)
Outras despesas, líquidas	(450.581)	-	(450.581)	(398.955)	9.610	(389.345)
Efeito líquido da reestruturação societária (M&A)	1.428.118	-	1.428.118	1.943.231	-	1.943.231
Receitas (despesas) operacionais	938.515	3.602	942.117	1.466.081	14.158	1.480.239
Prejuízo antes da equivalência, receitas/despesas financeiras e impostos	939.328	3.602	942.930	1.582.291	(20.682)	1.561.609
Resultado de equivalência patrimonial	609.620	(16.941)	592.679	59.437	-	59.437
Provisão para perda em investimentos	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	1.548.948	(13.339)	1.535.609	1.641.728	(20.682)	1.621.046
Resultado financeiro	(252.514)	-	(252.514)	(339.900)	8.700	(331.200)
Lucro antes dos impostos	1.296.434	(13.339)	1.283.095	1.301.828	(11.982)	1.289.846
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	-	-	-	(15.256)	407	(14.849)
Diferidos	842.109	-	842.109	847.775	(1.764)	846.011
Lucro do exercício	2.138.543	(13.339)	2.125.204	2.134.347	(13.339)	2.121.008
Lucro do exercício atribuível aos:						
Controladores	2.138.543	(13.339)	2.125.204	2.138.543	(13.339)	2.125.204
Não controladores	-	-	-	(4.196)	-	(4.196)
Total	2.138.543	(13.339)	2.125.204	2.134.347	(13.339)	2.121.008

c) Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Efeito	Reapresentado	Apresentado	Efeito	Reapresentado
	2021		2021	2021		2021
Lucro do exercício	2.138.543	(13.339)	2.125.204	2.134.347	(13.339)	2.121.008
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:						
Ganhos (perdas) cambiais de conversão de operações financeiras no exterior	(339.104)	-	(339.104)	(339.104)	-	(339.104)
Ajustes de avaliação patrimonial nas investidas	53.022	-	53.022	53.022	-	53.022
Realização de ajustes cambiais das demonstrações financeiras no exterior (Nota 10)	2.690.427	-	2.690.427	2.690.427	-	2.690.427
Total do resultado abrangente do exercício	4.542.888	(13.339)	4.529.549	4.538.692	(13.339)	4.525.353
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:						
Controladores				4.542.888	(13.339)	4.529.549
Não controladores				(4.196)	-	(4.196)
				4.538.692	(13.339)	4.525.353

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Efeito	Reapresentado	Apresentado	Efeito	Reapresentado
	2021		2021	2021		2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	1.296.434	(13.339)	1.283.095	1.301.828	(11.982)	1.289.846
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos com caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:						
Resultado de equivalência patrimonial	(609.620)	16.941	(592.679)	(59.437)	-	(59.437)
Provisão para perda em investimentos	(1.428.118)	-	(1.428.118)	(1.943.231)	-	(1.943.231)
Acordo global órgãos públicos (Nota 19)	195.561	-	195.561	195.561	-	195.561
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas e ajuste a valor	142.415	-	142.415	270.816	49.135	319.951
Provisão (reversão) da perda estimada com créditos de liquidação	105.640	-	105.640	105.640	-	105.640
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	87.368	-	87.368	170.097	(46.680)	123.417
Provisão para perda de ativos	-	-	-	202	-	202
Outros	28.995	-	28.995	(67.122)	30.417	(36.705)
Demais ajustes para reconciliar o resultado	166.045	-	166.045	102.580	-	102.580
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Outros ativos	(111.543)	-	(111.543)	(131.494)	(6)	(131.500)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Fornecedores	(3.327)	(3.602)	(6.929)	58.995	(3.636)	55.359
Salários, provisões e contribuições sociais	2.129	-	2.129	12.876	(139)	12.737
Outros passivos	(24.147)	-	(24.147)	(24.422)	2	(24.420)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(138.062)	-	(138.062)	76.838	16.644	93.482
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(4.272)	-	(4.272)	(42.140)	(1.471)	(43.611)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captação de debêntures, líquida de custos	40.000	-	40.000	79.921	-	79.921
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	142.334	-	142.334	(7.327)	(14.764)	(22.091)
Efeito líquido de incorporação e variação de participação	-	-	-	(46.987)	-	(46.987)
Efeito de variação cambial no caixa	-	-	-	282	(409)	(127)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(19.334)	-	(19.334)
Caixa e equivalentes de caixa:						
No início do exercício (a)	-	-	-	63.945	-	63.945
No final do exercício	-	-	-	44.611	-	44.611
Redução no caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(19.334)	-	(19.334)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e bancos	25.040	8.464
Certificados de depósito bancário - CDB	12.733	36.147
Total	49.368	44.611

As aplicações financeiras são, basicamente, operações vinculadas e CDBs remunerados por taxas que variam entre 95,00% e 105% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa, tem liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prestação de serviços de construção				
Governos (a)	-	-	80.039	-
Privados	2.899	535	17.577	61.026
Recebíveis de contratos de concessão (c)	-	-	459.553	506.299
Partes relacionadas (Nota 7.2)	105.640	105.640	105.675	105.646
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (d)	(108.483)	(105.640)	(110.037)	(107.041)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	-	-	(228.333)	(228.333)
Total	56	535	324.474	337.597
Circulante	56	56	238.008	153.105
Não circulante	-	479	86.466	184.492
Total	56	535	324.474	337.597

(a) Referem-se, basicamente, aos recebíveis decorrentes de contrato de Parceria Público-Privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte, classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente pelos serviços de construção da Arena da Dunas, no valor de R\$459.553 (31 de dezembro de 2021, R\$ 506.299) (Nota 27 a)).

(b) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(105.640)	-	(107.041)	(974.791)
Adições	(2.843)	(105.640)	(2.996)	(105.640)
Efeito da alienação de participação societária (Nota 1.2)	-	-	-	973.390
Saldo final	(108.483)	(105.640)	(110.037)	(107.041)

A seguir está apresentada a composição do contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<i>Aging list</i> do contas a receber				
A vencer	-	-	554.304	566.793
Títulos vencidos até 30 dias	-	-	-	2
Títulos vencidos de 181 a 360 dias	56	56	56	56
Títulos vencidos há mais de 360 dias	108.483	106.119	108.483	106.119
Subtotal	108.539	106.175	662.843	672.970
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(108.483)	(105.640)	(110.037)	(107.041)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	-	-	(228.332)	(228.332)
Total	56	535	324.474	337.597

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5.1. Contratos de construção

	Consolidado	
	2021	2020
Custos incorridos e lucros reconhecidos (líquido dos valores faturados)	58.506	79.113
Quantia bruta devida pelo contratante	58.506	79.113
(-) Receita diferida de obra faturada	(11.195)	(316.419)
(-) Retenções contratuais	(994)	(33.332)
(-) Adiantamentos recebidos	(14.914)	(278.343)
Quantia bruta devida ao contratante	(27.103)	(628.094)
Saldo líquido contratos de construção em curso	31.403	(548.981)

As receitas brutas auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrentes dos contratos de construção, totalizaram R\$ 312.867 (31 de dezembro de 2021: R\$ 189.410), no consolidado, conforme nota 22.

Os adiantamentos recebidos de clientes relacionados aos contratos de construção em andamento referem-se a valores recebidos em proporção maior aos serviços já executados.

6. Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Materiais de revenda e aplicação	9.184	6.470
Outros	2.674	5.430
Total	11.858	11.900
Circulante	11.858	11.900
Não circulante	-	-
Total	11.858	11.900

7. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do Grupo.

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

7.1. Saldos ativos e passivos

A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações conta corrente *intercompany* e compra e venda de ativos entre as entidades do Grupo.

Em 2021, a Companhia e determinadas controladas reorganizaram os saldos de conta corrente *intercompany*, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente *intercompany* que já ocorriam do

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

balanço consolidado da Companhia.

Os saldos referem-se a conta corrente entre as partes e, portanto, sem incidência de encargos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
BEYOND	-	21.437	-	-
MEGHA Infraestrutura	111.340	111.340	-	-
E2 Arenas	666	664	-	-
Sagua	290.495	290.498	293.079	292.929
CERTHA Investimentos	9.297	60.936	-	-
Outros	11.651	160	11.247	9.826
Subtotal	423.449	485.035	304.326	304.823
(-) Provisão para perda em créditos com partes relacionadas	-	-	(23.518)	-
Total	423.449	485.035	280.808	304.823
Não circulante	423.449	485.035	280.808	304.823
Total	423.449	485.035	280.808	304.823
Passivo				
CMP Participações Ltda.	200	200	200	200
CINQ S.A.	317	317	317	317
KPE	103	3.157	-	-
Óleo e Gás (a)	-	78.890	-	78.890
OAS Restructuring	597.643	623.719	-	-
BEYOND	853	-	-	-
Arena das Dunas	23.518	23.518	-	-
Sagua	-	-	286.982	286.983
Outros	35.268	26.888	39.508	19.818
Total	657.902	756.689	327.007	386.208

- (a) Refere-se ao compromisso assumido em realizar aportes na investida Óleo e Gás (Nota 10.3 (a)), sem incidência de encargos, Tendo em vista o fim do litígio e recebimento do recurso, o saldo foi baixado no exercício de 2022.

Saldos com partes relacionadas sujeitos à Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 17 de dezembro de 2015 (Nota 1.1), contém disposição expressa que determina que todos os créditos com partes relacionadas, cujo fato gerador seja anterior à data do pedido da recuperação judicial fiquem subordinados ao pagamento integral dos créditos concursais tal como reestruturados pelo Plano. Deste modo, os referidos passivos com partes relacionadas somente poderão ser pagos após o primeiro mês subsequente à quitação dos créditos concursais, ou seja, após o prazo estimado de 25 anos.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Transações comerciais (Nota 5)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Contas a receber - Clientes*				
Construtora COESA - Guiné Equatorial	36.236	36.236	36.236	36.236
Construtora COESA - Peru	30.391	30.391	30.391	30.391
OAS Nacala	22.721	22.721	22.721	22.721
Outros	16.292	16.292	16.327	16.298
Subtotal	105.640	105.640	105.675	105.646
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(105.640)	(105.640)	(105.640)	(105.640)
Total	-	-	35	6

* Refere-se à prestação de serviços de construção

Nas rubricas de “contas a receber de clientes” estão apresentados os saldos das transações comerciais realizadas com as partes relacionadas da Companhia. Nas entidades com sede no Brasil, as receitas e os recebíveis estão relacionados, substancialmente, à prestação de serviços de construção. Nas entidades localizadas no exterior, esses saldos são majoritariamente relativos aos *royalties*.

7.3. Remuneração da Administração

A remuneração da Administração, que contempla a diretoria da Companhia e de suas controladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração do pessoal-chave da Administração (Nota 23)	5.785	10.401	9.316	17.538

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IR e CSLL retidos na fonte (a)	17.546	17.546	20.460	20.176
PIS e COFINS a recuperar (b)	1	-	1.951	1.950
PIS e COFINS diferidos (c)	-	-	1.060	791
Outros	-	-	452	452
Total	17.547	17.546	23.923	23.369
Circulante	17.547	17.546	21.973	21.419
Não circulante	-	-	1.950	1.950
Total	17.547	17.546	23.923	23.369

a) Refere-se a saldos de IR e CSLL oriundos de impostos retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras e recebimentos de faturas.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) O PIS e a COFINS a recuperar, são relativos a créditos oriundos, principalmente da aquisição de insumos e na contratação de serviços de pessoas jurídicas.
- c) Os valores de PIS e COFINS diferidos referem-se, substancialmente, aos impostos incidentes sobre a receita de construção da Arena das Dunas.

9. Ativos não circulantes mantidos para venda

	Consolidado	
	2022	2021
Investimentos:		
Sagua	18.232	18.232
OAS Óleo e Gás (a)	114.580	114.580
Arena Porto Alegre (b)	480.994	480.994
FIP OASE (c)	-	-
Subtotal	613.806	613.806
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(613.806)	(613.806)
Total	-	-

Em consonância com processo de reestruturação do Grupo, descritos na Nota 1.2, o Grupo METHA pretende alienar suas participações societárias em empresas do segmento de Investimentos em Infraestrutura e não integrantes do seu novo plano de negócios.

A Administração está comprometida com a venda da maioria desses ativos, e considera altamente provável alienar suas participações societárias em empresas do segmento de Investimentos em Infraestrutura.

No contexto da recuperação judicial, a eficácia de qualquer contrato relacionado à venda de determinados ativos estará sujeita a condições suspensivas, nos termos previstos na Lei, a fim de proteger os interesses das empresas recuperandas, dos credores e demais interessados.

Investimentos

- (a) Em 31 de agosto de 2015 o investimento na OAS Óleo e Gás foi classificado como mantido para venda, com base nos respectivos saldos apurados até aquela data (Nota 10.3).
- (b) Em 31 de outubro de 2015, o investimento detido na Arena Porto-Alegre foi classificado como mantido para venda, com base nos respectivos saldos apurados até aquela data. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta SPE Gestão, reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável do ativo mantido para venda da Arena Porto-Alegre no valor de R\$ 480.994.
- (c) Conforme Nota 1.2, em 14 de maio de 2021, o investimento no FIP OASE foi alienado ao FIP ZEGAMA. Considerando a decisão liminar suspendendo a alienação das cotas, em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, o investimento no FIP OASE encontra-se classificado como ativo não circulante disponível para venda. O FIP OASE possui passivo a descoberto e o investimento estava provisionado para perda. Considerando que não haverá entrada de caixa decorrente da venda da participação no FIP OASE, o valor do ativo é zero.

Conforme Nota 29, em 4 de abril de 2023, após superadas as questões impostas pela FUNCEF frente ao Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, a transferência das ações ao FIP ZEGAMA foi concretizada

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são apresentadas as principais classes de ativos e passivos relativos aos investimentos que compõem os ativos não circulantes mantidos para venda no fim do exercício de 2022.

	FIP OASE	Sagua	OAS Óleo e Gás	Arena Porto Alegre
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.331	-	80.458	71
Aplicações financeiras	265	-	-	767
Contas a receber	14.328	36.719	-	9.094
Outros	23.185	787	3.708	4.580
Total do ativo circulante	39.109	37.506	84.166	14.512
Ativo não circulante				
Intangível	-	1	-	149.427
Outros	163.747	76	573	261.426
Total do ativo não circulante	163.747	77	573	410.853
Total do ativo	202.856	37.583	84.739	425.365
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	132.579	-	-	401.337
Outros	597.885	3.686	4.034	5.421
Total do passivo circulante	730.464	3.686	4.034	406.758
Passivo não circulante				
Outros	477.237	16.918	632	49.354
Total do passivo não circulante	477.237	16.918	632	49.354
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Capital social	668.059	23.870	95.284	661.377
Outros	(1.672.904)	(6.891)	(15.211)	(692.124)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.004.845)	16.979	80.073	(30.747)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	202.856	37.583	84.739	425.365
Participação total da Companhia nos ativos	78,95%	100,00%	61,00%	100,00%

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

Informações sobre as principais controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas								
Invicta Defesa	1.564.824	1.664.042	3.139.604	2.978.156	(1.574.780)	(1.314.114)	(268.729)	845.543
OAS Energia	597.654	625.800	1.203.052	1.189.313	(605.398)	(563.513)	(93.080)	24.892
CERTHA Investimentos	16.713	3.651.349	1	2.690.468	16.712	960.881	2	(2.472.817)
OAS Investments GmbH	-	-	-	253	-	(253)	-	4.546
FLAMMA PET e Gás S.A.	13.172	6.333	11.226	4.928	1.946	1.405	722	(82)
Controladas em conjunto								
Fonte Nova	775.050	821.641	350.166	398.747	424.884	422.894	1.989	98.939
Porto Novo	1.238.906	1.258.348	2.024.681	1.553.489	(785.775)	(295.141)	(144.611)	(144.611)

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (controladora)

	Saldos em 31/12/21			Movimentação do exercício						Saldos em 31/12/22	
	Investimentos	Provisão para perda	Adição	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Provisão / reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Baixas	Outros	Investimentos	Provisão para perda
<u>Participações no Brasil</u>											
CERTHA Investimentos	474.842	-	-	(268.729)	-	-	(172)	-	-	205.941	-
KPE (c)	42.700	-	3.869	(21.438)	-	-	11.897	-	-	37.028	-
KPE (ágio) - Nota 12 (a)	102.933	-	16.131	-	-	-	-	-	-	119.064	-
Less Click	1.405	-	-	722	(181)	-	-	-	-	1.946	-
Smart Arenas	-	-	-	997	-	-	-	-	-	997	-
Outros investimentos	8.100	(17)	-	(559)	-	(4)	-	-	-	7.541	(21)
Subtotal	629.980	(17)	20.000	(289.007)	(181)	(4)	11.725	-	-	372.517	(21)
<u>Participações no Exterior</u>											
Helide Gestão	-	-	1	2	-	-	-	-	-	3	-
OAS Restructuring (BVI)	-	(538.746)	-	-	-	(93.081)	49.351	-	-	-	(582.476)
Subtotal	-	(538.746)	1	2	-	(93.081)	49.351	-	-	3	(582.476)
Total	629.980	(538.763)	20.001	(289.005)	(181)	(93.085)	61.076	-	-	372.520	(582.497)

	Saldos em 31/12/20			Movimentação do exercício						Saldos em 31/12/21	
	Investimentos	Provisão para perda	Adição	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Provisão / reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Baixas	Outros	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil (b)	283.217	(5.366.503)	1.587.301	592.679	-	(5.240.794)	(312.053)	9.084.608	1.508	629.980	(17)
Participações no Exterior (b)	7.517.039	(564.125)	-	-	-	24.892	365.075	(7.881.627)	-	-	(538.746)
Total	7.800.256	(5.930.628)	1.587.301	592.679	-	(5.215.902)	53.022	1.202.981	1.508	629.980	(538.763)

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 16 de abril de 2021, a Companhia adquiriu o controle da participação na KPE, a valor de mercado, com base em laudo emitido por empresa especializada, pelo montante de R\$ 146.248. Tal obrigação foi adimplida mediante a dação em pagamento de ações da COESA Construção e cessão de créditos de conta corrente *intercompany*. Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia integralizou o montante de R\$ 20.000 em créditos decorrentes de valores anteriormente disponibilizados, sendo R\$ 3.869 destinado ao aumento de capital e R\$ 16.131 como reserva de capital.
- (b) Conforme Nota 1.2, no processo de reestruturação societária do Grupo METHA, os investimentos em determinadas controladas foram aportados ou alienados a COESA Engenharia. Em 14 de maio de 2021, Companhia alienou sua participação na COESA Engenharia ao FIP ZEGAMA. Essa alienação não gerou entrada de nenhum recurso financeiro no caixa e como consequência, o passivo consolidado do Grupo METHA foi reduzido significativamente.

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (consolidado)

	Saldos em 31/12/21		Movimentação do exercício				Saldos em 31/12/22		
	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Provisão / reversão para perda	Baixas	Ganho na variação de participação	Investimentos	Provisão para perda
<u>Participações no Brasil</u>									
Enseada Indústria Naval Part.	10.043	-	(1.641)	-	-	-	-	8.402	-
Fonte Nova	211.449	-	994	-	-	-	-	212.443	-
Porto Novo	-	(110.678)	-	-	(183.988)	-	-	-	(294.666)
Total	221.492	(110.678)	(647)	-	(183.988)	-	-	220.845	(294.666)

	Saldos em 31/12/20		Movimentação do exercício				Saldos em 31/12/21		
	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Reversão para perda	Baixas	Ganho na variação de participação	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil	203.223	(82.905)	59.437	(14.583)	(39.374)	(14.984)	-	221.492	(110.678)
Participações no Exterior (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	203.223	(82.905)	59.437	(14.583)	(39.374)	(14.984)	-	221.492	(110.678)

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Efeitos contábeis decorrentes do M&A:

Segue abaixo o quadro resumo com os efeitos contábeis das baixas dos investimentos decorrentes do M&A:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Provisão para perda em investimentos	(5.215.902)	(39.374)
Ganho na alienação de investimentos	9.326.047	10.174.782
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	-	(5.510.150)
Realização de reserva de reavaliação	8.400	8.400
Realização de ajuste acumulado de conversão	(2.690.427)	(2.690.427)
Efeito líquido de resultado	<u>1.428.118</u>	<u>1.943.231</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Ganho na alienação de investimentos	9.326.047	-
Baixa de investimentos por aporte de capital	1.202.981	(14.984)
Total de baixas em investimentos	<u>10.529.028</u>	<u>(14.984)</u>

(i) Como resultado na operação mencionada no item b) acima, o ganho apresentado é decorrente das baixas dos investimentos das empresas COESA Engenharia e Construtora COESA.

10.1. KPE Engenharia

A KPE Engenharia foi constituída em 18 de agosto de 2020 e tem por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e pesada, inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, entre outros, e já possui atestados que comprovam sua capacidade técnica e operacional para a execução das mais complexas obras e projetos necessários na construção civil pesada para a execução de obras como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, mobilidade urbana, metrô, saneamento, gasodutos, energia (hidrelétricas, barragens etc.) petróleo e gás, indústrias petroquímicas, mineração, papel e celulose e edificações, com a possibilidade de transformar e desenvolver as regiões por onde atua.

Em 5 de maio de 2021, foi constituída a Desbrava Equipamentos Ltda. ("Desbrava"), controlada integral da KPE, com o objetivo de locação de bens móveis, equipamentos e aluguel de outras máquinas voltadas para construção civil pesada.

10.2. FIP OAS Empreendimentos

Conforme Notas 1.2 e 09, em 2021, o investimento no FIP OAS Empreendimentos foi classificado como ativo não circulante disponível para venda.

10.3. Óleo e Gás

Em 6 de julho de 2015, a subsidiária indireta Seaworthy alienou a totalidade das ações que detinha em três navios-sonda à Sete International One GmbH ("Sete International One"), acionista controladora das SPEs, conforme detalhado no item "b".

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de abril de 2016, o Grupo Sete ingressou com o pedido de recuperação judicial perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. O pedido foi feito em nome de diversas empresas, dentre as quais figuraram (i) Sete International One GmbH (devedor da Seaworthy, em função da venda das ações das SPEs Cassino, Curumim e Salinas), e (ii) Sete International Two GmbH (sócia da Seaworthy nas SPEs Itapema e Comandatuba). A Seaworthy consta no plano como Sócia B nas SPEs Itapema e Comandatuba (item 1.1.95), nas quais a Sete detém 75% do capital. No plano, consta que a Sete detém 100% do capital social das SPEs Cassino, Curumim e Salinas.

Dentre outras disposições previstas no plano de recuperação da Sete Brasil, existe a previsão de celebração de distratos de todos os contratos celebrados entre as partes e quitação mútua das dívidas, na forma e nas condições estipuladas no plano.

(a) Carta fiança Óleo e Gás

A CERTHA possuía um valor de R\$ 78.890 de notas promissórias pro soluto a pagar para a OAS Óleo e Gás. Tais notas promissórias deveriam ser resgatadas por dinheiro à medida em que a OAS Óleo e Gás necessitasse de capital para fazer frente a seus investimentos, na forma estipulada em Acordo de Investimentos.

Essas notas promissórias foram garantidas por carta de fiança à primeira solicitação (*on first demand*) emitida pelo Banco Safra S.A. ("Banco Safra"), válida até 14 de janeiro de 2015, sendo obrigação da Certha Investimentos apresentar renovação ou nova carta de fiança em até 30 dias do vencimento da fiança anterior, o que não foi feito, culminando como vencimento antecipado destas notas promissórias. Diante do inadimplemento da Certha Investimentos, a OAS Óleo e Gás requereu o pagamento da carta de fiança junto ao Banco Safra no dia 30 de dezembro de 2014.

Em 6 de janeiro de 2015, o Banco Safra propôs medida cautelar, com pedido de liminar, em face da OAS Óleo e Gás e da Certha Investimentos, solicitando a suspensão temporária da exigibilidade da carta de fiança, até o julgamento final da ação ordinária a ser proposta. A justiça, então, concedeu a liminar neste sentido, mas requereu o depósito judicial pelo Banco Safra de caução no valor da fiança bancária, o que foi feito.

Em 23 de abril de 2015, o Banco Safra propôs ação ordinária, em que, em linhas gerais, pede a exoneração de qualquer obrigação decorrente do contrato de fiança ou, subsidiariamente, a resolução da fiança por onerosidade excessiva.

Em 02 de maio de 2017, a juíza da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital proferiu sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelo Banca Safra na ação ordinária e na ação cautelar. O Banco Safra tentou reverter tal decisão na 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mediante recurso de apelação.

Paralelamente, o Banco Safra apresentou, perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, requerimento autônomo de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, buscando a suspensão dos efeitos da sentença proferida pela juíza da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital. Em 31 de outubro 2017, a 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça confirmou a decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator, que deferiu o efeito suspensivo postulado, para novamente suspender a exigibilidade da carta de fiança.

O deferimento da atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, que novamente suspendeu a exigibilidade da carta de fiança, fez com que a OAS Óleo e Gás alterasse a sua expectativa com relação ao prazo para a sua cobrança, o que resultou no provisionamento do

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

valor de R\$ 78.890 no exercício de 2017.

Após intensas negociações durante o ano de 2020, as partes chegaram a um consenso e celebraram um acordo sobre a execução da carta de fiança bancária emitida pelo Safra, o qual foi homologado em 24 de novembro de 2021 (PET no Resp nº 1927899 – RJ (2021/0070524-6)). Todas as partes cumpriram com o que restou acordado, colocando fim ao litígio e culminando com o recebimento dos recursos em dezembro de 2021. O valor foi depositado em uma *escrow account*. No exercício de 2021, a OAS Oléo e Gás reverteu a provisão para perda no valor de R\$ 78.890.

(b) Alienação de investidas

Em 06 de julho de 2015, a controlada indireta Seaworthy celebrou três “Escrituras de Transferência de Ações” com a Sete International, alienando a totalidade das ações de emissão de Cassino, Salinas e Curumim, então detidas por elas. Dada a divergência entre as partes quanto à inclusão, no cálculo do preço da opção, dos juros alegadamente devidos à Seaworthy, em razão de aquisição das referidas ações realizada em setembro de 2012, o preço da opção ficou dividido em (i) parte incontroversa e (ii) parte controversa. Os valores incontroversos da venda montam US\$ 27.647, equivalentes a aproximadamente R\$ 86.897, os quais serão corrigidos pela taxa de juros de 8,15% a.a. da data da venda até a sua liquidação financeira, conforme abaixo demonstrado, tendo com vencimento o dia 31 de agosto de 2015:

SPE	Valor de venda em US\$	Valor de venda aproximado em R\$ (*)
Cassino	15.185	47.728
Salinas	6.146	19.317
Curumim	6.316	19.852
	<u>27.647</u>	<u>86.897</u>

(*) Taxa de câmbio de R\$ 3,1431, em 06 de julho de 2015.

Até 31 de dezembro de 2015, a Sete International One não havia liquidado as suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda. Os valores referentes a parcela incontroversa foram impugnados pela Seaworthy para que fossem retificados no montante de USD 29.487, já atualizados conforme correção mencionada acima. O pedido foi acolhido e publicado no 2º edital de credores. Este é o crédito (em valores históricos) listado na recuperação do grupo Sete, a qual ainda não teve seu plano aprovado pelos credores. A Administração da Seaworthy vem adotando medidas administrativas para o recebimento dos valores das vendas, assim como avalia a adoção de alternativas jurídicas para a satisfação do crédito.

Em razão das circunstâncias comentadas acima, a Seaworthy realizou o provisionamento de todo o saldo a receber, que em 31 de dezembro de 2015 correspondia a R\$ 94.866.

(c) Recuperabilidade dos investimentos nas SPEs

Considerando a situação financeira delicada da Sete Brasil e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme amplamente divulgado pela mídia e após a entrada do pedido de recuperação judicial das empresas do grupo Sete, com o passar dos anos, o pouco que foi construído ficou obsoleto e inoperante. Assim, a Administração da OAS Óleo e Gás entende que, no cenário atual, não há perspectiva de retomada de nenhuma atividade relativa aos Projetos Sonda e Conversões.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, a Administração da OAS Óleo e Gás decidiu reconhecer uma perda por desvalorização em montante correspondente à totalidade dos investimentos detidos nas SPEs Itapema e Comandatuba, no montante de R\$ 16.884, bem como pela totalidade dos recebíveis emergentes dos contratos de compra e venda das SPEs Cassino, Curumim e Salinas, conforme mencionado no item. A OAS Óleo e Gás continuará a monitorar a situação, envidando seus melhores esforços no sentido de encontrar alternativas para a rentabilização dos investimentos feitos.

(d) Processo de incorporação das controladas

Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial das sociedades Sete Brasil Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos I S.A. – Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos II S.A. – Em Recuperação Judicial, Sete Holding GmbH – Em Recuperação Judicial, Sete International One GmbH – Em Recuperação Judicial e Sete International Two GmbH – Em Recuperação Judicial, aprovado em Assembleia Geral de Credores encerrada em 09.12.2021 (processo nº: 0142307-13.2016.8.19.0001) (“Plano”), ainda pendente de determinadas formalizações no que tange a implementação da proposta, as acionistas indiretas da Companhia, CERTHA e FI FGTS, deliberaram pelo início do processo de *due diligence*, uma vez que não há a intenção, por parte de seus acionistas, em continuar a atuar no mercado de óleo e gás, através desta estrutura. Assim, foram contratados assessores jurídicos e financeiros, nas jurisdições pertinentes, para elaboração dos relatórios e cronograma necessário para encerramento das atividades.

A implementação do Plano é de suma importância para encerramento das atividades da Companhia, da Seaworthy e da OAS Oil & Gas (“Investidas”), pois, conforme previsto na Cláusula 10.5 do 4º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial uma vez realizado pagamento do seu percentual e decorrente da implementação dos termos previstos no Plano, as partes terão mútua quitação dos créditos envolvendo o Projeto Sondas.

O escopo do trabalho de tais assessores contratados para o processo de *due diligence* contempla a análise e levantamento dos ativos e passivos da Companhia e Investidas, bem como análise da melhor forma de encerramento de cada uma delas.

No que tange as Investidas, o encerramento se dará por “incorporação”, em conformidade com o estabelecido nas leis daquela jurisdição. Importante destacar que o não encerramento das subsidiárias austríacas OAS Oil and Gas e Seaworthy ou a não implementação do Plano poderá inviabilizar a conclusão do processo de encerramento no Brasil ou impactar de maneira significativa o prazo para conclusão.

Muito embora os trabalhos já tenham sido iniciados, ainda não é possível estabelecer uma data para que tal encerramento ocorra, cujo cronograma e conclusão dependem de definições que estão fora do alcance da OAS Óleo e Gás.

10.4. Arena Porto Alegre

Considerando o redimensionamento das atividades, o Grupo METHA mantém sua intenção de desmobilizar parcialmente suas atividades de exploração e gestão de arenas multiuso, transferindo definitivamente a gestão da Arena Porto Alegre ao Grêmio. Até o momento não há nenhuma formalização quanto a esta desmobilização. Pelo exposto, efetuou-se registro de perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) do ativo não circulante mantido para venda da Arena Porto Alegre.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.5. Enseada Indústria Naval

Em 31 de dezembro de 2016, a Enseada apresentou capital circulante negativo (consolidado), cujo desequilíbrio no capital de giro foi causado pelos inadimplementos financeiros por parte das empresas controladas da Sete Brasil no âmbito dos contratos de EPC. A queda do preço do petróleo (final de 2014) e o ambiente gerado pela operação lava jato, fizeram com que a Petrobras se desinteressasse pelos contratos do Projeto Sete, fazendo com que a construção das sondas fosse integralmente interrompida, o que impactou diretamente no cronograma de pagamento dos fornecedores, uma vez que não obteve aprovação de inúmeras medições pelos serviços prestados.

Em 31 de dezembro de 2016, a Enseada possuía montante considerável de contas a receber vencido junto ao seu cliente Sete Brasil, classificados no ativo não circulante. Tendo em vista o pedido de recuperação judicial do grupo Sete Brasil, a Enseada avalia que poderá ter perdas em relação aos citados créditos. No entanto, como o plano de reestruturação da Sete Brasil permanece em discussão e ainda não foi aprovado pelos credores, não há condições de prever seus impactos no resultado da investida.

Ao longo do ano de 2015, apesar da inadimplência unilateral do seu cliente, a Enseada manteve a construção de duas Sondas que se encontravam em estágio mais avançado como tentativa de manutenção de algum recebível, apresentando as respectivas medições de serviços realizados, as quais foram majoritariamente glosadas pelo cliente. Diante da falta de aprovação formal, a investida deixou de registrar tais medições que são estimadas em aproximadamente R\$ 1,0 bilhão e informou que está tomando providências legais para fazer valer seus direitos sobre esse montante ainda não reconhecido em suas demonstrações contábeis.

A Enseada possui em seu plano de negócios a construção de 6 navios sondas (“Projeto Sondas”) e conversão de 4 navios petroleiros (Very Large Crude Carriers, VLCCs) em plataformas de perfuração para a Petrobrás (“Projeto Conversões”), derivados de 2 contratos que foram licitados entre os anos de 2011 e 2012.

Em 04 de outubro de 2019, o Grupo Enseada ingressou com o pedido de Recuperação Judicial, distribuído na 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 0*248791-47.2019.8.19.0001, alegando que a primeira tentativa de superar sua instabilidade financeira através do Plano de Recuperação Extrajudicial não foi suficiente para garantir o planejado soerguimento financeiro. O deferimento do processamento da Recuperação Judicial ocorreu em 9 de outubro de 2019.

Em Assembleia Geral de Credores realizada no dia 14 de setembro de 2021, o Plano de Recuperação Judicial foi submetido à apreciação dos credores tendo sido homologado com ressalva, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas recuperandas e votado pelos credores.

O destino desta investida dependerá das condições que deverão ser aprovadas no âmbito da Recuperação Judicial do grupo Sete, das negociações com a Petrobrás e da sua Recuperação Judicial.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.6. Subsidiárias com participações significativas de não controladores

A seguir estão apresentadas as informações das subsidiárias com participações significativas de não controladores:

	Participação dos não controladores		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do período	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
FIP OASE (a)	21,05%	21,05%	-	-	-	(937)
OASE (a)	20,00%	20,00%	-	-	-	(918)
Edificações Itaigara (b)	-	49,90%	-	-	-	(32)
KPE	26,56%	0,00%	12.461	15.442	(7.215)	(714)
Outros			-	-	-	(1.595)
			<u>12.461</u>	<u>15.442</u>	<u>(7.215)</u>	<u>(4.196)</u>

(a) Conforme Nota 9, os investimentos registrados na OASE e no FIP OASE passaram a ser registrados como ativo não circulante disponível para venda. Os efeitos no resultado do exercício foram apurados até 30 de abril de 2021.

(b) Conforme Notas 1.2 e 1.3, no processo de reestruturação societária o investimento na Edificações Itaigara deixou de fazer parte do Grupo METHA. Os efeitos no resultado do exercício foram apurados até 30 de abril de 2021.

11. Imobilizado

Consolidado	2022		2021		Taxas médias de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	10.110	-	10.110	-	
Máquinas e equipamentos	21.244	(11.694)	9.550	25.414	10
Equipamentos de informática	1.394	(1.128)	266	359	20
Móveis e utensílios	2.981	(2.274)	707	590	10
Veículos	14.894	(7.558)	7.336	427	20
Outros	1.920	(374)	1.546	2.066	
Total	<u>52.543</u>	<u>(23.028)</u>	<u>29.515</u>	<u>28.856</u>	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado consolidado:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	28.856	101.009
Aquisições	23.987	31.393
Baixas, líquidas de depreciação	(21.954)	(5.036)
Ativos classificados como mantidos para venda (Nota 9)	-	(95.055)
Depreciação	<u>(1.374)</u>	<u>(3.455)</u>
Saldo final	<u>29.515</u>	<u>28.856</u>

A Companhia e suas controladas não identificaram novos indicadores que reduziram o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Consolidado	2022		2021	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Software	366	(268)	98	145
Ágio sobre aquisição de investimento (i)	119.064	-	119.064	102.933
Outros	21	-	21	-
Total	119.451	(268)	119.183	103.078

(i) Refere-se ao ágio apurado na aquisição do investimento na KPE, conforme Nota 10.

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível consolidado:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	103.078	7.145
Aquisições (i)	16.131	103.062
Efeito da alienação de participação societária (Nota 1.2)	-	(7.120)
Amortização	(26)	(9)
Saldo final	119.183	103.078

(i) Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia integralizou o montante de R\$ 20.000 em créditos decorrentes de valores anteriormente disponibilizados, sendo R\$ 3.869 destinado ao aumento de capital e R\$ 16.131 como ágio (nota 10).

13. Outros ativos e passivos financeiros

13.1. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2022	2021
Aplicações financeiras vinculadas a debêntures (a)	40.000	40.000
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos (b)	10.967	12.672
Subtotal	50.967	52.672
(-) Debêntures (Nota 13.3) (a)	(40.000)	(40.000)
Total	10.967	12.672
Circulante	-	-
Não circulante	10.967	12.672
Total	10.967	12.672

(a) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é referente a aplicação financeira da Controlada KPE. A movimentação ocorrida no exercício corrente é a seguinte:

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	40.000	-
(+) Adição	-	40.000
(+) Encargos financeiros	4.075	-
(-) Amortização	(4.075)	-
Saldo final em 31 de dezembro, líquido	<u>40.000</u>	<u>40.000</u>

A amortização de juros no montante de R\$ 4.075 foi através de compensação com o saldo de conta corrente.

(b) Refere-se à constituição de uma conta reserva à título de garantia a ser preenchida com saldo não inferior ao montante equivalente a soma das prestações de amortizações do principal e juros do contrato de empréstimo da controlada indireta Arena das Dunas junto ao BNDES, vencíveis nos 3 meses imediatamente subsequentes (Nota 13.2). A aplicação financeira é remunerada por uma taxa equivalente a aproximadamente 100% do CDI, com resgate restrito ao vencimento da dívida, que ocorrerá em 2026.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	Controladora	
				2022	2021
Empréstimos					
Capital de giro	R\$	CDI + 2,30% a CDI + 3,00% e Libor + 2,00% e 1,00% e 13,00%	de 2025 à 2040	199	199
Seguro garantia / fiança bancária			de 2021 à 2040	221.987	225.563
Financiamentos					
Leasing financeiro	R\$	Pré-fixado: de 3,50% a 8,00%	2021	961	961
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	R\$	Pré-fixado: de 2,50% a 7,30% e TJLP + 7,00%	de 2021 a 2022	-	11.935
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME			2021	125	125
Demais financiamentos de ativo fixo			2021	70	69
Subtotal				223.342	238.852
(-) Ajuste a valor presente				(1.266)	(1.266)
Total				222.076	237.586
Circulante				72.779	88.289
Não circulante				149.297	149.297
Total				222.076	237.586
Consolidado					
	Moeda	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	2022	2021
Empréstimos					
Capital de giro	R\$, USD e S/.	CDI+2,30% a CDI+5,92%, pré-fixado 1,75% a 10%, Libor + 2,00% e Libor 6M+1,43% e 1,00% e 13,00%	de 2021 à 2022	59.102	78.057
Seguro garantia / fiança bancária			de 2021 à 2040	221.987	225.563
Financiamentos					
Leasing financeiro	R\$, USD e S/.	CDI+2,18% a CDI+4,01 e pre-fixados 2,76% a 14,39%		961	961
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	R\$	IGP-M + 4,82%	de 2021 à 2022	-	11.935
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	R\$, USD e EUR	Pré-fixado: de 2,50% a 9,50%, TJLP + 7,00% a TJLP + 10,71% e 115% CDI		125	125
Demais financiamentos de ativo fixo	R\$	Pré-fixado: de 3,04% a 12,39% e TJLP + 3,44% a TJLP + 5,10%		69.684	138.650
Subtotal				351.859	455.291
(-) Ajuste a valor presente				(1.266)	(1.266)
Total				350.593	454.025
Circulante				148.494	189.733
Não circulante				202.099	264.292
Total				350.593	454.025

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo os saldos sujeitos ao Plano (Nota 1.1), antes e após o respectivo ajuste a valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Créditos financeiros do Grupo 1	223.073	225.563	223.073	225.563
(-) Ajuste a valor presente	(1.266)	(1.266)	(1.266)	(1.266)
Subtotal	221.807	224.297	221.807	224.297
Demais créditos	269	13.289	128.786	229.728
Total	<u>222.076</u>	<u>237.586</u>	<u>350.593</u>	<u>454.025</u>
Circulante	72.779	88.289	148.494	189.733
Não circulante	149.297	149.297	202.099	264.292
Total	<u>222.076</u>	<u>237.586</u>	<u>350.593</u>	<u>454.025</u>

Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado
2023	180.966	187.421
2024	(958)	(958)
2025	180.008	180.008
2026	180.008	180.008
a partir de 2027	(389.461)	(343.114)
Subtotal	150.563	203.365
(-) Ajuste a valor presente	(1.266)	(1.266)
Total	<u>149.297</u>	<u>202.099</u>

Ajuste a valor presente – Créditos financeiros dos Grupos 1 e 2

Os créditos financeiros sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que as empresas recuperandas registraram a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor presente, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Garantias

As controladas da Companhia possuem diversos empréstimos nos quais ativos reais fornecem garantia aos respectivos credores. A existência desses ativos visa à individualização do risco de crédito dos Projetos Estruturados ou SPEs, permitindo a alocação segregada de riscos assumidos pela Companhia em âmbito corporativo versus âmbito de projetos, conforme Nota 15. Dentre outros, esses ativos são basicamente representados por penhor de ações, cessão fiduciária de fluxo de recebíveis e alienação fiduciária de terrenos.

Em função do inadimplemento das parcelas vencidas em abril da dívida junto ao BNDES da controlada indireta Arena Porto Alegre, os agentes repassadores da dívida executaram integralmente as garantias constantes na carta fiança. O Banco Bradesco, detentor da carta fiança, repassou aos bancos repassadores o valor total de R\$ 23.500 dividido igualmente entre os três bancos repassadores, para a cobertura do serviço da dívida conforme demonstrado abaixo:

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- amortização de multas e juros referente às parcelas em atraso no valor de R\$ 543;
- amortização das parcelas de principal e juros vencidas até 30 de junho de 2015 no valor de R\$ 11.178; e
- amortização antecipada do principal da dívida no valor de R\$ 11.779.

O contrato de financiamento da controlada indireta Arena Porto Alegre inclui como obrigação especial a manutenção do índice de cobertura da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,30 (avaliado anualmente). Em 31 de dezembro de 2016, a Arena Porto Alegre não atendeu ao referido índice. Seu descumprimento não está inserido no rol de situações que acarretariam o vencimento antecipado automático da dívida, que, por sua vez, se deu em função do inadimplemento da parcela de 15 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2022, em decorrência da execução da garantia supramencionada, a controlada possui saldo em aberto junto ao banco Bradesco no montante de R\$ 28.080, referente ao valor da fiança acrescido de juros e encargos. As condições e prazo para pagamento deste saldo estão inseridos no contexto das negociações com os credores.

13.3. Debêntures

<u>Empresas</u>	<u>2022</u>				<u>2021</u>
	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Ajuste a valor justo</u>	<u>Total</u>	
<u>Controladora</u>					
Metha	1.388.042	100.377	(780.683)	707.736	636.835
Não circulante				707.736	636.835
Total				<u>707.736</u>	<u>636.835</u>
<u>Controladas</u>					
BEYOND	11.300	7.697	-	18.997	12.832
CERTHA Investimentos	108.167	4.546	-	112.713	17.642
E2 Arenas	85.691	126.671	-	212.362	182.567
(-) Aplicações financeiras (Nota 13.1) (a)	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Total consolidado	<u>1.593.200</u>	<u>239.291</u>	<u>(780.683)</u>	<u>1.011.808</u>	<u>809.876</u>
Circulante				325.075	200.209
Não circulante				686.733	609.667
Total				<u>1.011.808</u>	<u>809.876</u>

De acordo com o CPC 08(R1) – Custo de transações e prêmio na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos de transação a amortizar estão registrados como redutor do respectivo empréstimo.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo da dívida consolidada com vencimento no longo prazo tem a seguinte composição:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	após 2029	Total
<u>Controladora</u>								
Metha	-	-	-	-	-	1.488.419	-	1.488.419
<u>Controladas</u>								
Beyond	18.997	-	-	-	-	-	-	18.997
Subtotal	18.997	-	-	-	-	1.488.419	-	1.507.416
(-) Ajuste a valor justo	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(670.920)	(780.683)
(-) Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Total	703	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	1.470.125	(710.920)	686.733

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes debêntures em aberto:

Emissor	Emissão	Garantidor	Data de emissão	Data de vencimento original	Valor da emissão	Encargos financeiros	2022	2021
<u>Controladora</u>								
Metha	11ª Emissão (ii)	Construtora COESA	17/08/18	01/02/26	103.579	13% a.a. + % Dolar	225.525	222.676
Metha	12ª Emissão (ii)	Construtora COESA	17/08/18	01/02/26	1.198.461	13% a.a.	1.222.894	1.222.894
Metha	13ª Emissão (ii)	Metha	28/12/21	28/12/26	40.000	4% a.a. + IPCA	40.000	40.000
Subtotal Controladora							1.488.419	1.485.570
Ajuste a valor presente							(780.683)	(848.735)
Total Controladora							707.736	636.835
Circulante							-	-
Não circulante							707.736	636.835
<u>Controladas</u>								
SPE Gestão/Certha	1ª Emissão (iv)	Metha	08/10/12	30/05/20	65.000	IPCA+10,30% a.a.	212.362	182.567
Beyond	3ª Emissão (v)	Metha	31/07/21	30/06/24	11.300	CDI+1,30 a.m.	18.997	12.832
KPE	1ª Emissão (ii)	Metha	07/10/21	07/04/22	3.000	1% a.m. + IPCA	-	3.045
Certha	1ª Emissão (vi)	Metha	15/12/21	15/09/22	14.215	2,5% a.m.	6.779	6.779
Certha	2ª Emissão (vi)	Metha	15/12/21	15/09/22	11.406	2,5% a.m.	5.356	7.818
(-) Aplicações financeiras (vii)							(40.000)	(40.000)
Total Consolidado							911.230	809.876
Circulante							325.075	200.209
Não circulante							686.733	609.667
							1.011.808	809.876

- (i) Emissão em serie única, referente as notas de Refinanciamento e Prioritárias do PRJ, nota 1.1.
- (ii) Emissão privada com amortização semestral da remuneração a partir de dezembro de 2022.
- (iii) Emissão privada com amortização em parcela única no vencimento.
- (iv) Emissão privada com amortização em 17 parcelas anuais e consecutivas.
- (v) Emissão privada com amortização em 9 parcelas anuais e consecutivas.
- (vi) Emissão privada com amortização mensal da remuneração a partir de dezembro de 2021 até o vencimento.
- (vii) Em 2021, a eliminação é decorrente da aplicação financeira registrada na KPE, conforme Nota 13.1.

As emissões com esforços restritos de colocação foram efetuadas conforme a Instrução nº CVM 476/09. Não houve emissão de debêntures conversíveis em ações.

Ajuste a valor presente - Créditos financeiros do Grupo 1

Com a aprovação do Plano, os créditos financeiros sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que as empresas recuperandas registraram

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor justo, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Cláusulas restritivas

Os instrumentos particulares de escritura de emissão de debêntures possuem cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e custos a incorrer. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais:

- Não renovação de autorizações e licenças;
- Transformação em empresa limitada;
- Não cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado;
- Redução do capital social que não para absorção de prejuízos;
- Transferência ou cessão de controle acionária; e
- Alterações na estrutura societária, tais como fusões, cisões e incorporações mediante disposição de ativos relevantes.

(a) SPE Gestão/ CERTHA Investimentos

Em decorrência do inadimplemento de algumas dívidas da garantidora METHA S.A., no dia 5 de janeiro de 2015, a Vinci representado por sua gestora, Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., notificou a Companhia no dia 8 de janeiro de 2015 da declaração de vencimento antecipado referente às debêntures, no valor de R\$ 97.236.

Este valor corresponde ao saldo devedor na data do vencimento antecipado (R\$ 85.380) acrescido do fluxo da dívida a valor futuro pelo IPCA e trazido a valor presente pela NTN-B (“*breaking fund*”) de R\$ 11.856. O inadimplemento do valor de vencimento antecipado no prazo de 1 (um) dia útil implica nos encargos moratórios, que incluem multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de vencimento até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, os credores financeiros da SPE Gestão, diante da novação da integralidade dos seus Créditos, serão pagos conforme detalhado abaixo e, portanto, não sujeitos a vencimento antecipado.

- (i) a E2 Arenas, assumiu integralmente a dívida da SPE Gestão, asseguradas as condições mínimas originalmente pactuadas, sem prejuízo das modificações definidas nos itens abaixo, ficando, dessa forma, a SPE Gestão e a CERTHA Investimentos integral e irrevogavelmente exoneradas de sua obrigação para com os credores financeiros;
- (ii) a atualização monetária das parcelas se dará pela variação do IPCA, acrescida de juros de 10,3% ao ano, os quais serão capitalizados e pagos em parcela única devida em 31 de maio de 2022; e
- (iii) haverá amortização extraordinária e compulsória de juros e principal (de forma consolidada e proporcional), na hipótese de recebimento pela E2 Arenas de dividendos da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. e da Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.

Garantias e avais

A então controlada Construtora COESA figura como fiadora da operação, enquanto a CERTHA Investimentos presta garantia por meio de: a) 8.531.973 ações ordinárias e 17.063.946 ações preferenciais de sua titularidade e de emissão da Invepar (“Ações Empenhadas”); b) todos os

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à MEGHA Infraestrutura, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das referidas Ações Empenhadas; e c) as ações derivadas das referidas Ações Empenhadas através de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações Empenhadas e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações Empenhadas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários).

13.4. Senior Notes

Em 30 de abril de 2019, a OAS Restructuring BVI Limited, concluiu a emissão de duas *Senior Notes*, a primeira de USD 175.020 com vencimento em 2026 e taxa anual de 13% e a segunda emissão no valor de R\$ 725.000 com vencimento em 2036 e taxa anual de 5%.

Os recursos dessas emissões liquidaram as Senior Notes, Retap e Perpetual Notes da OAS Investments GmbH e da OAS Finance Limited. As Senior Notes contam com garantia corporativa da Metha S.A., da Construtora COESA e da CERTHA Investimentos S.A.

Segue abaixo a movimentação contábil das Senior Notes:

Movimentação contábil

	Consolidado		
	2026	2036	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	44.977	77.086	122.063
Juros	9.390	2.232	11.622
Subtotal	54.367	79.318	133.685
Pagamento de juros	(174)	(53)	(227)
Variação cambial	49.416	(51.805)	(2.389)
Total	103.609	27.460	131.069
Circulante	7.674	1.727	9.401
Não circulante	95.935	25.733	121.668
Saldo em 31 de dezembro de 2021	103.609	27.460	131.069
Juros	12.071	2.525	14.596
Subtotal	115.680	29.985	145.665
Variação cambial	(15.552)	19.833	4.281
Subtotal	100.128	49.818	149.946
Circulante	970	200	1.170
Não circulante	99.158	49.618	148.776
Saldo em 31 de dezembro de 2022	100.128	49.818	149.946

13.5. Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Hierarquia de valor justo	Saldos em 31/12/22			
		Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	49.368	49.368
Aplicações financeiras	2	-	-	10.967	10.967
Contas a receber de clientes	N/A	56	56	324.474	324.474
Outras ativos	N/A	1.287	1.287	3.744	3.744
Passivos financeiros					
Fornecedores	2	92.267	92.267	128.365	128.365
Empréstimos e financiamentos	2 e 3	222.076	222.076	350.593	350.593
Senior e perpetual notes	2 e 3	-	-	149.946	149.946
Debêntures	2 e 3	707.736	707.736	1.011.808	1.011.808
Outros passivos	N/A	44.123	44.123	119.352	119.352

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações se aproximam do seu valor de mercado.
- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo.
- Os valores justos dos passivos financeiros com cotação no mercado secundário são baseados nos preços na data das demonstrações contábeis. Se o mercado de um passivo financeiro não estiver listado, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares ou a análise de fluxos de caixa descontados.

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

Parte do saldo a pagar a fornecedores está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo sido novados pelo Plano nas classes de credores (i) Créditos dos fornecedores da METHA (Nota 1.1), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Créditos de fornecedores sujeitos ao Plano (Nota 1.1)	42.596	42.596	42.596	42.596
(-) Ajuste a valor presente	(7.173)	(7.468)	(17.140)	(28.632)
Subtotal	35.423	35.128	25.456	13.964
Demais créditos	56.844	42.892	102.909	113.832
Total	<u>92.267</u>	<u>78.020</u>	<u>128.365</u>	<u>127.796</u>
Circulante	92.267	52.350	128.365	102.126
Não circulante	-	25.670	-	25.670
Total	<u>92.267</u>	<u>78.020</u>	<u>128.365</u>	<u>127.796</u>

15. Projetos estruturados

As dívidas de Projetos Estruturados do Grupo METHA caracterizam-se por financiamentos à Sociedades de Propósito Específico (SPEs), na modalidade “Projeto Estruturado”, os quais são concedidos, primordialmente, com base na capacidade de geração de caixa de determinada SPE. Tais financiamentos permitem a individualização do risco de crédito, uma vez que são estruturados sem direito de regresso contra os acionistas da SPE.

Essa estratégia de estruturação de financiamentos em SPEs, adotada pela Companhia, permite a alocação segregada de riscos assumidos pela Companhia no âmbito corporativo versus âmbito de projetos.

Quando são concedidas garantias da Companhia à SPE, essas operações são, majoritariamente, formalizadas por meio de contratos de suporte de aporte de capital contingente, com condições específicas de cobertura e limite de valores. É negociada também, junto aos financiadores, a liberação automática dessas obrigações à medida que o risco inerente à SPE diminua com o tempo e com o avanço do projeto, tendo como objetivo a liberação completa das garantias no momento em que a SPE se torna operacional.

Em 2022, a SPE controlada pela Companhia que se enquadra no conceito de Projeto Estruturado é a Arena das Dunas. Segue abaixo quadro com a representação desta dívida:

	2022		
	Consolidado	Saldo	Participação %
<u>Empréstimos e financiamentos</u>			
Arena das Dunas			24.101
Empréstimos e financiamentos	350.593	24.101	7%
Debêntures	1.011.808	-	0%
Dívida bruta	<u>1.362.401</u>	<u>24.101</u>	<u>2%</u>

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Consórcios	25	25	1.585	11.195
Total	25	25	1.585	11.195
Não circulante	25	25	1.585	11.195
Total	25	25	1.585	11.195

A receita diferida refere-se ao faturamento antecipado de contratos de construção em curso, sendo liquidado mediante o progresso dos projetos, mensurado na proporção dos custos incorridos em relação aos custos orçados.

17. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(875.042)	1.283.095	(881.393)	1.289.846
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	297.514	(436.252)	299.674	(438.548)
Ajuste no lucro líquido que afetam o resultado do exercício				
<u>Adições permanentes:</u>				
Despesas não dedutíveis	-	-	(32)	(21)
Equivalência patrimonial	(98.847)	(2.654)	13.812	(199.654)
Reversão do efeito do prejuízo das investidas no exterior	-	-	2	1.746.186
<u>Exclusões permanentes:</u>				
Equivalência patrimonial	585	204.164	(14.031)	219.862
Reversão do efeito do lucro presumido das investidas	-	-	(179)	(91)
Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior	-	-	-	8.463
Tributação das investidas optantes pelo lucro presumido	-	-	-	(47)
(-) Imposto de renda e contribuição social não reconhecidos	(199.252)	1.076.851	(300.110)	(505.844)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	842.109	(864)	831.162
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(10.409)	(14.849)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	842.109	9.545	846.011
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	842.109	(864)	831.162

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Provisão para perda em investimentos	198.041	183.173	198.041	183.173
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	479	479	479	479
Prejuízo fiscal e base negativa	443.852	452.573	456.078	470.401
Outras provisões temporárias	43.447	43.448	64.306	44.069
Subtotal	685.819	679.673	718.904	698.122
(-) Provisão para não realização de IR/CS diferido	(671.876)	(665.730)	(684.102)	(678.042)
(-) Compensação com o passivo	(13.943)	(13.943)	(14.565)	(14.565)
Total	-	-	20.237	5.515
Passivos				
Lucro diferido na alienação de investimento	-	-	622	622
Outras provisões temporárias	13.943	13.943	13.943	13.943
Subtotal	13.943	13.943	14.565	14.565
(-) Compensação com o ativo	(13.943)	(13.943)	(14.565)	(14.565)
Total	-	-	-	-

A Companhia e suas controladas, conservadoramente, constituíram provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 671.876 e R\$ 684.102 (Em 31 dezembro de 2021 R\$ 665.730 e R\$ 678.042), individual e consolidado, respectivamente.

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, os ativos e passivos diferidos de mesma natureza são apresentados pelo seu valor líquido, considerando a apuração por entidade legal.

18. Acordo global - Órgãos públicos

Acordo de Leniência

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato.

Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257 (um bilhão, novecentos vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil), em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047.

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Acordo CADE (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica)

Até 31 de dezembro de 2022, a Construtora COESA celebrou, no total, dez Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 310.174 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic.

Considerando que as obrigações decorrentes do acordo de leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela METHA S.A., o saldo provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.075.121.

Durante o exercício ocorreram as seguintes movimentações nestas obrigações:

	Consolidado		
	Leniencia	CADE	Total
Saldos em 31 de dezembro 2020	471.759	67.262	539.021
Amortização ajuste a valor presente	58.160	3.762	61.922
Ajuste a valor presente	-	(34.818)	(34.818)
Novos acordos firmados	-	46.001	46.001
Pagamento principal	-	(6.856)	(6.856)
Pagamento juros	-	(696)	(696)
Provisão de juros	64.037	9.365	73.402
Total	593.956	84.020	677.976
Passivo circulante	4.371	14.393	18.764
Passivo não circulante	589.585	69.627	659.212
Saldos em 31 de dezembro 2021	593.956	84.020	677.976
Amortização ajuste a valor presente	71.397	4.457	75.854
Ajuste a valor presente	-	(37.193)	(37.193)
Novos acordos firmados	-	99.626	99.626
Pagamento principal	-	(7.362)	(7.362)
Pagamento juros	(2.182)	(1.120)	(3.302)
Provisão de juros	240.459	29.063	269.522
Total	903.630	171.491	1.075.121
Passivo circulante	4.774	19.971	24.745
Passivo não circulante	898.856	151.520	1.050.376
Saldos em 31 de dezembro 2022	903.630	171.491	1.075.121

19. Passivo a descoberto

Capital social

Em 13 de outubro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital da Companhia, passando de R\$ 500.000, já integralizados, para R\$ 546.711, mediante emissão de 467.111.620.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 1,00 (hum real), mediante capitalização de créditos com acionista CMP Participações.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de janeiro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para METHA S.A. e o aumento de capital da Companhia, passando de R\$ 546.711, já integralizados, para R\$ 547.694, mediante emissão de 9.830.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 1,00 (hum real) por lote de dez mil ações, mediante capitalização de créditos com acionista CMP Participações.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 447.441.620.000 de ações ordinárias totalizando R\$ 547.694.

Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas

Representam a parcela não realizada da reavaliação e do custo atribuído de terrenos, líquida dos efeitos tributários.

Em 2021, considerando a alienação de determinadas controladas no contexto do M&A (Nota 1.2), suas respectivas reservas de reavaliação foram baixadas no montante de R\$ 8.400, conforme Nota 10.

Outras resultados abrangentes

Compreende substancialmente as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior, ganho na variação do percentual de participação em investimento e obrigações de benefícios pós-emprego.

Em 2021, considerando a reestruturação societária mencionada na Nota 1.2, os ajustes de conversão de investimentos e saldos com partes relacionadas de investidas no exterior foram realizados.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

20. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas possuem autos de infração e processos de natureza tributária, cível e trabalhista. Esses autos de infração e processos estão sendo contestados pelas companhias nas esferas administrativa e judicial.

A Administração, tanto da Companhia quanto de suas investidas, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas autuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir:

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de perda provável:

	Consolidado	
	2022	2021
Processos tributários	91.129	71.883
Processos cíveis	104.166	83.066
Processos trabalhistas	45.695	18.969
	<u>240.990</u>	<u>173.918</u>

Movimentação das provisões tributárias, cíveis e trabalhistas:

	Consolidado		
	2021	Provisões	2022
Processos tributários	71.883	19.246	91.129
Processos cíveis	83.066	21.100	104.166
Processos trabalhistas	18.969	26.726	45.695
	<u>173.918</u>	<u>67.072</u>	<u>240.990</u>

Os principais processos de natureza trabalhista contêm reclamações de ex-funcionários de terceirizadas (responsabilidade subsidiária/solidária), reclamações de funcionários (jornadas, danos morais, danos materiais, acidentes de trabalhos, verbas trabalhistas), ações anulatórias e ações civis públicas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem processos cíveis classificados com risco de perda provável, cujos valores foram considerados inestimáveis pelos assessores jurídicos devido a fase processual em que se encontram.

Risco de perda possível:

A Companhia possui processos administrativos e judiciais que se referem às causas tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 511.451 na Controladora e Consolidado, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 512.932 e R\$ 519.591 em 31 de dezembro de 2021).

Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída por não se tratar de uma obrigação legal.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Processos tributários	12.141	166.698	12.141	166.698
Processos cíveis	482.983	338.723	482.983	345.382
Processos trabalhistas	16.327	7.511	16.327	7.511
Total	<u>511.451</u>	<u>512.932</u>	<u>511.451</u>	<u>519.591</u>

21. Obrigações de benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas oferecem a um grupo de funcionários e inativos que efetuaram contribuições fixas para o plano de assistência médica, o direito de permanência no plano de saúde após a aposentadoria pagando o prêmio médio.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia mantém uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$ 1.045. Este saldo está apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em rubrica do passivo não circulante denominada “Outros passivos”.

O passivo atuarial demonstrado foi calculado por atuário independente considerando certas premissas aplicáveis a realidade desta obrigação.

	Premissas atuariais	
	2016	2015
Taxa real de reajuste anual da mensalidade	5,90%	7,22%
Taxa de inflação projetada	4,88%	6,89%
Taxa real de juros anual	4,88%	6,98%
Reajuste salarial nominal	7,60%	9,90%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000

22. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta:				
Mercado interno	-	975	393.285	270.184
Mercado externo	-	-	-	853
Total	-	975	393.285	271.037
Devoluções e cancelamentos	-	-	-	(499)
Impostos incidentes sobre a receita	-	(90)	(26.152)	(17.885)
Receita líquida	-	885	367.133	252.653

A Companhia analisa a receita bruta por linha de negócio. As informações, por tipo de receita, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

	Engenharia pesada	Investimentos em projetos de infraestrutura	Consolidado
	Receita bruta:		
Mercado interno	312.867	80.418	393.285
Mercado externo	-	-	-
Total	312.867	80.418	393.285

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Demonstração do resultado por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Gastos com pessoal	(5.788)	(9.202)	(109.961)	(79.892)
Serviços de terceiros	(9.765)	(17.541)	(97.514)	(104.229)
Remuneração do pessoal-chave da administração (Nota 7.3)	(5.785)	(10.401)	(9.316)	(17.538)
Gastos gerais	(712)	5.187	(72.387)	(18.795)
Aluguéis	(136)	(49)	(26.760)	(7.168)
Utilidades e serviços	(604)	(452)	(4.504)	(3.514)
Materiais de consumo e aplicação	(11)	-	(59.153)	(31.436)
Custo de mercadoria vendida	-	(619)	(393)	(1.681)
Depreciação e amortização	(159)	(1.239)	(2.556)	(4.625)
Viagens e representações	(126)	(88)	(2.990)	(700)
Impostos e taxas	(1.406)	(641)	(2.939)	29.760
Provisão para contingências	(54.444)	(69.938)	(67.072)	(77.152)
(Provisão) reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(2.843)	(105.640)	(2.996)	(105.640)
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	(3.151)	(87.368)	(3.151)	(123.417)
Acordo global órgãos públicos (Nota 18)	(99.626)	(195.561)	(99.626)	(195.561)
Outros	(40.151)	7.479	(136.242)	107.313
Total	<u>(224.707)</u>	<u>(486.073)</u>	<u>(697.560)</u>	<u>(634.275)</u>
Custos na venda de imóveis e dos serviços prestados	-	(72)	(315.486)	(171.283)
Despesas gerais e administrativas	(25.918)	(35.420)	(84.195)	(73.647)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 24)	(198.789)	(450.581)	(297.879)	(389.345)
Total	<u>(224.707)</u>	<u>(486.073)</u>	<u>(697.560)</u>	<u>(634.275)</u>

24. Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão (reversão) da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(2.843)	(105.640)	(2.996)	(105.640)
Provisão para perda em investimentos (Nota 10)	(93.085)	-	-	-
Ganho (perda) de participações societárias	78.890	30.146	78.890	126.718
Resultado na venda de imobilizado	(3.722)	(3.854)	(3.722)	1.512
Provisão para contingências (Nota 20)	(54.444)	(69.938)	(67.072)	(76.975)
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	(3.151)	(87.368)	(3.151)	(123.417)
Provisão para perda de ativos	-	-	-	(202)
Acordo global órgãos públicos	(99.626)	(195.561)	(99.626)	(195.561)
Outras	(20.808)	(18.366)	(200.202)	(15.780)
Total	<u>(198.789)</u>	<u>(450.581)</u>	<u>(297.879)</u>	<u>(389.345)</u>

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros recebidos ou auferidos sobre:				
Aplicações financeiras	-	-	10.921	896
Títulos a receber	-	-	56	69
Outros	-	-	-	95
Variação monetária/cambial ativa	-	8.121	-	18.224
Ajuste a valor a valor justo de acordos órgão público (Nota 18)	37.193	119.912	37.193	119.912
Outras receitas	27	46	341	68.352
Subtotal	37.220	128.079	48.511	207.548
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos ou provisionados sobre:				
Empréstimos e financiamentos	-	(108)	(18.169)	(28.375)
Debêntures	(40.066)	(59.201)	(84.527)	(103.748)
<i>Senior e Perpetual Notes</i>	-	-	(17.601)	(3.507)
Outros	(27.621)	(7.107)	(31.756)	(11.053)
Variação monetária/cambial passiva	(39.989)	(25.002)	(119.723)	(81.932)
Comissões, despesas e fianças bancárias	94.401	(74.185)	92.631	(76.742)
Ajuste a valor presente de empréstimos	-	(22.638)	-	(22.638)
Ajuste a valor presente de debêntures	(68.052)	(135.184)	(68.052)	(135.184)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(295)	(1.733)	(295)	(4.203)
Ajuste a valor presente de acordos órgão público	(75.854)	(55.225)	(75.854)	(56.336)
IOF	(615)	(210)	(955)	(792)
Outras despesas	-	-	(34.070)	(14.238)
Subtotal	(398.550)	(380.593)	(598.830)	(538.748)
Total	(361.330)	(252.514)	(550.319)	(331.200)

26. Seguros (não auditado)

Concessão - Danos materiais e responsabilidade civil

As controladas da área de concessão mantêm seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil.

Riscos de engenharia e outros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de *property* (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil e danos materiais a veículos e equipamentos próprios.

O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

27. Contratos de concessão e de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”)

As controladas indiretas Arena das Dunas, Fonte Nova, Sagua, Porto Novo e TCR são empresas que detêm contratos com entidades públicas nas modalidades de concessão administrativa ou parcerias público-privadas para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, essas atividades são submetidas à contabilização conforme a ICPC 01 (R1). Segue abaixo

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

um breve descritivo de cada contrato:

a) Arena das Dunas

A Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 06 de abril de 2011, tendo como objetivo a exploração da concessão administrativa para prestação dos serviços de demolição e remoção do estádio Machadão e Ginásio Machadinho, construção, gestão da operação e manutenção da Arena das Dunas, de características multiuso, podendo no fiel cumprimento do seu objeto realizar: a exploração de atividade de engenharia civil, inclusive desenvolvimento, gerenciamento, construção e execução de obras civis, por si ou por terceiros; a exploração mediante a compra e venda de bens, realização de eventos, exploração de publicidade e serviços de valor adicionado de telecomunicações, bem como outras atividades complementares; a locação de bens e espaços móveis e imóveis; e a importação e exportação de bens e serviços em geral, tudo em conformidade com o disposto no edital de concorrência pública internacional nº 01/2011 expedido na forma de lei, pelo Estado do Rio Grande do Norte. O contrato de concessão teve início no dia 15 de abril de 2011, finalizando sua vigência em outubro de 2031.

O Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Atualmente, a Arena das Dunas está recebendo o equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN"), por ter o poder judiciário do Rio Grande do Norte entendido ser este o percentual incontroverso, com base no apontado no relatório do TCE-RN.

A contraprestação pecuniária a ser paga a concessionária corresponde a um valor nominal mensal de R\$ 13.218. Deste montante, R\$ 10.557 correspondem à parcela fixa da contraprestação, e R\$ 2.661 corresponde à parcela variável da contraprestação, esta última depende de indicadores de desempenho pactuados contratualmente relacionados à operação da Arena. A parcela fixa sofreu redução de prevista em contrato em janeiro de 2022 não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável. Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá essa redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável.

A taxa utilizada na atualização do ativo financeiro é a TIR (Taxa Interna de Retorno), calculada em 13,41% (a.a.) após a mudança de base de estimativa do ativo financeiro.

b) Fonte Nova

A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital nº 001/2009.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Arena Fonte Nova é controlada em conjunto pela Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial (“NPP”) e pela E2 Arenas e tem sede em Salvador-BA.

Em 26 de outubro de 2021 a Companhia celebrou com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, o Termo Aditivo nº 5 (“5º Aditivo” ou “aditamento”) ao Contrato de PPP nº 02/2010.

Fundamentado pelo Estudo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro realizado pelo Banco Fator, o 5º Aditivo estabeleceu a emissão de empenho direto em nome dos Credores (“Empenho Direto”), para amortização parcial da dívida oriunda dos contratos de financiamentos firmados no âmbito da Concessão.

A operação do Empenho Direto culminou com a redução do valor da Contraprestação Pública devida pelo Poder Concedente à Concessionária, que passou de R\$ 180,9 milhões para R\$ 102,3 milhões anuais. Não houve alteração do prazo de pagamento da contraprestação pública.

O aditamento estabeleceu também a redução do prazo da concessão, que passou de 35 anos para 18 anos e 02 meses, encerrando-se em 31 de março de 2028.

Como resultado da controvérsia acerca do mecanismo de Compartilhamento de Risco de Demanda, a qual motivou a Glosa do pagamento da Contraprestação da competência janeiro de 2018, o 5º Aditivo estabeleceu a devolução do valor glosado, bem como o pagamento, a favor da Concessionária, referente ao Risco de Demanda Compartilhado, conforme apurado em Peritagem técnica elaborada pela Ernst & Young.

Por fim, foi estabelecido que a Concessionária deverá compartilhar 10% das Receitas Operacionais Líquidas auferidas anualmente com o Poder Concedente a partir da assinatura do termo aditivo.

c) Sagua

A Sagua é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada em 4 de julho de 2014, com o objetivo de prestar serviços de esgotamento sanitário no município de Guarulhos, no Estado de São Paulo. A Sagua firmou contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para realização de transporte, tratamento e destinação final de esgoto sanitário da área urbana do referido município, por um período de 30 anos. Os investimentos, que constituem a principal obrigação e meta de desempenho da Sagua no âmbito do contrato de PPP, estão orçados em aproximadamente R\$ 1,2 bilhão.

A Sagua iniciou suas operações conforme previsto no Contrato de PPP, assumindo plenamente a operação de três Estações de Tratamento de Esgotos e adotando imediatamente as providências necessárias para a contratação dos financiamentos necessários para fazer frente aos investimentos previstos. Não obstante, meses após a assinatura do Contrato de PPP o SAAE passou a enfrentar dificuldades financeiras decorrentes de descumprimentos contratuais por parte do poder concedente, dando início as demandas abaixo

Arbitragem

SAGUA e SAAE celebraram um Contrato de Parceria Público Privada em 28/08/2014. O SAAE deixou de efetuar suas principais obrigações contratuais acarretando em danos irreparáveis à SAGUA e à prestação dos serviços.

Durante 3 anos a SAGUA manteve a prestação dos serviços essenciais à população de

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Guarulhos e, diante dos inadimplementos com uma Ação de Execução de Obrigação de Fazer com Pedidos Acautelatórios e de Tutela de Urgência em 26/10/2017 (processo nº 1040299-19.2017.8.26.0224, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos).

Em 11 de dezembro de 2017, o SAAE notificou a SAGUA quanto ao Processo Administrativo nº 8428/2017, determinando a caducidade do contrato de PPP e, em fevereiro de 2019 foi constituída a intervenção na Concessão (Decreto 35568) até 25 de agosto de 2019.

Em 16 de abril de 2019 e 26 de julho de 2019, a SAGUA instaurou um procedimento de árbitro provisório contra e a efetiva arbitragem, respectivamente, contra o SAAE e o Município de Guarulhos perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP requerendo, entre outros pedidos, que o Município e o SAAE (i) se abstivessem de declarar a caducidade da concessão, (ii) franqueassem acesso aos processos administrativos relacionados ao Contrato de PPP; (iii) pagassem os valores mutuamente acordados e devidos, além de discutir inadimplementos e arbitrariedades cometidos pelo SAAE e Município de Guarulhos.

A primeira fase da arbitragem foi concluída, tendo sido proferida sentença parcial em 19/02/2021. A segunda fase foi iniciada em 16/07/2021 e está em curso.

Demandas judiciais

Foram ajuizadas uma (i) Ação Civil Pública nº 1041125-40.2020.8.26.0224 (“ACP”) e (ii) Ação Anulatória nº 1017778-41.2021.8.26.0224, ambas em trâmite junto à 1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos (TJSP).

Na ACP, ajuizada pelo MPSP em 03/12/2020, além de se discutir a regularidade da execução do contrato e de se buscar o ressarcimento ao erário de valores que sequer foram pagos à SAGUA (matéria geral), o parquet buscou desconstituir a arbitragem. O MPSP requereu: liminarmente, a suspensão da arbitragem; e no mérito a declaração de nulidade da cláusula arbitral, sob a alegação de que a matéria discutida na arbitragem envolve direito indisponível.

O pedido liminar foi indeferido pelo juízo de 1º grau. O MPSP interpôs o Agravo de Instrumento nº 2000784-11.2021.8.26.0000 com pedido liminar contra a decisão de 1ª instância. O relator do AI também indeferiu a tutela recursal pleiteada. Foram apresentadas defesas tanto na ACP quanto no AI correspondente e ambos os processos estão pendentes de julgamento de mérito.

d) Porto Novo

A Concessionária Porto Novo S.A., tem como objeto exclusivo, através de Contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”), a prestação de serviços visando a revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico Região do Porto do Rio de Janeiro - AEIU Portuária (“AEIU”), de acordo com o Edital de Concorrência Pública, nº 001/2010 da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento e Companhia de Desenvolvimento Urbana da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP.

A Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho.

METHA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d.1) TCR

Em 13 de maio de 2013, a Porto Novo constituiu sua subsidiária integral TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A., que tem como objetivo a exploração de receitas acessórias de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), inclusive as atividades de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia (“Projeto Associado”), através da utilização de fibra óptica e demais atividades do Contrato de PPP autorizada através do OFÍCIO CDURP/DOP 049/2013 de 18 de abril de 2013.

A TCR é uma companhia prestadora de serviços de telecomunicações licenciada pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel (“ANATEL”) e tem como objeto implantar, operar, manter e gerenciar a principal infraestrutura compartilhada de telecomunicações da AEIU criada pela Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009 do Município do Rio de Janeiro. A TCR tem como clientes, exclusivamente, as operadoras licenciadas pela Anatel, que desejam prestar serviços de telecomunicações nessa região.

Os recursos necessários para conclusão dos compromissos já assumidos pela Companhia relacionados ao Projeto Associado e para manutenção das atividades operacionais serão financiados pelos acionistas e por terceiros.

De acordo com as projeções da Administração da Companhia, os investimentos serão absorvidos pelas receitas de operações futuras e a situação de capital circulante negativo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, advém dos juros sobre a dívida, junto a CEF, serem maiores que o índice de correção dos valores não recebidos do Poder Concedente. Estes valores estão sendo discutidos na arbitragem de 8 de maio de 2019.

28. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, as quais não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Captação de debêntures, líquida de custos	-	40.000	-	-
Integralizações e aquisições de investimentos	-	-	-	102.933

29. Eventos subsequentes

Alienação FIP OAS Empreendimentos

Conforme Notas 1.2 e 09, em 4 de abril de 2023, após superadas as questões impostas pela FUNCEF frente ao Tribunal Arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, a transferência das ações do FIP OASE ao FIP ZEGAMA foi concretizada.

* * * * *